



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS APLICADAS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL



GABRIELA CORNELIO

**POLÍTICA CULTURAL E DIREITO À CULTURA: Reflexões a partir do Plano
Municipal de Cultura de Contagem.**

Contagem

2023

GABRIELA CORNELIO

**POLÍTICA CULTURAL E DIREITO À CULTURA: Reflexões a partir do Plano
Municipal de Cultura de Contagem.**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação apresentado a Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Leonardo Nogueira

Contagem

2023

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

C814p Cornelio, Gabriela.
Política cultural e direito à cultura [manuscrito]: reflexões a partir do plano municipal de cultura de Contagem. / Gabriela Cornelio. - 2023.
70 f.: il.: tab., mapa.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Nogueira Alves.
Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Cultura - Contagem (MG). 2. Cultura e direito. 3. Política Cultural - Contagem (MG). I. Nogueira Alves, Leonardo. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 316.7(815.1)

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa - SIAPE: 0.980.794



FOLHA DE APROVAÇÃO

Gabriela Cornélio

Política cultural e direito à cultura: reflexões a partir do plano municipal de cultura de Contagem

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social

Aprovada em 06 de setembro de 2023

Membros da banca

Prof. Ms. Leonardo Nogueira Alves - (orientador) - DESSO/UFOP
Profa. Ms. Marina Rodrigues Correa dos Reis DESSO/UFOP
Dra. Vivian Lucia Rodrigues de Oliveira (Convidada externa)

Leonardo Nogueira Alves, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 11/09/2023



Documento assinado eletronicamente por **Leonardo Nogueira Alves, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 11/09/2023, às 08:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0587254** e o código CRC **93885C60**.

“Não deixa o samba morrer, não deixe o samba acabar,
o morro foi feito de samba, de samba pra gente sambar”

Edson Conceição e Aloísio Silva

AGRADECIMENTOS

Para chegar até aqui contei com pessoas que ajudaram a me constituir e contribuíram, de alguma forma, com cada momento de conquista.

A primeira delas é a que me amparou e me ajudou a sobreviver frente as etapas da vida. Obrigada por ter feito o seu melhor, dentro das suas condições. Sempre obrigada, mãe.

Pra seguir a jornada, em todo momento contei com a Arte me fazendo companhia, antes mesmo que eu soubesse que ela morava em mim, ressignificou possibilidades que me levaram muito além dos meus sonhos. A arte me fez ser, me faz e me refaz.

Inclusive, a oportunidade de investigar sobre Cultura nesse trabalho, me proporcionou aprofundar em mim mesma, em todos os sentidos. Assim como o Curso de Serviço Social, sou eternamente grata por todo aprendizado que me oportunizou compreensão, transformação e uma nova visão de mundo.

Nasci em condição de vulnerabilidade social e sou mais uma testemunha da importância das políticas públicas, no qual através dessas políticas, tenho a condição de agradecer, nesse exato momento, a oportunidade não só de vivenciar, mas de estudar sobre elas.

Essa pessoa que escreve, querido leitor, é de origem periférica e está conquistando um diploma. Eu sei o peso de ser mais uma que conseguiu chegar até aqui. É potente, e não vamos parar.

O meu desejo é que esse espaço se amplie, que as universidades sejam da cor do Brasil e de acesso igualitário a todos.

Tive a oportunidade de estudar em uma universidade pública e de muita qualidade. A UFOP é muito especial e marcante na minha vida. São tantos relatos, de diferentes importâncias e significados, que resumo em apenas deixar o meu eterno agradecimento a tudo que me envolveu dentro desse universo da Universidade Federal de Ouro Preto. Vida longa, UFOP!

Agradeço a oportunidade de Estágio no Hospital Arnaldo Gavazza, uma experiência memorável, de grandes aprendizados e boas vivências do início ao fim. Em

especial, a minha supervisora Amélia Suriani, uma profissional que me inspira e se tornou grande amiga.

O campus da faculdade fica nas cidades de Mariana e Ouro Preto, e deixo aqui o meu muito obrigada a essas cidades - que mais parecem cenário de filme, onde contribuíram para os meus muitos momentos mágicos vivenciado até em dias simples da vida. Em especial, Mariana, o lugar que chamei de lar, fiz amigos, me senti pertencente e acolhida. Trabalhei, desfilei como passista de Carnaval, vivenciei a cultura local, fatos históricos... Mariana está no meu coração e na minha história.

E um agradecimento muito especial vai para uma categoria que considero ser uma das mais importantes na trajetória da minha vida. Meus professores.

Na Faculdade (do início ao fim), contei com professores incríveis, inesquecíveis e inspiradores. Foi uma outra etapa mais madura e de muita troca. Então agradeço a todos os professores da Universidade Federal de Ouro Preto que já passaram pelo meu caminho e contribuíram para o desenvolvimento da minha consciência e reflexão crítica, estímulo para lutar e representar uma profissão e me deram chaves para agir e transformar o mundo que me cerca.

Em especial, agradeço dois professores:

Alessandra é a primeira. Quando estava para me formar, só faltava esse projeto para concluir o curso, passei em uma audição importante pra mim, para ser dançarina em outro país. Precisei trancar o curso e fui.

No decorrer dos anos cheguei a tentar entregar o TCC nos intervalos das temporadas internacionais, mas por inúmeros motivos, não conseguia. Já estava em processo de desistir, mas sempre estava lá, mesmo de longe, a professora Alessandra, que aparecia vez ou outra com um recado sutil para eu não desistir. “Oi, querida, só falta o TCC pra você concluir...”

Ainda não sabia como faria pra fazer dar certo, mas por sorte, eu fui lá e acreditei nela. O acompanhamento da professora Alessandra Souza fez a diferença para que esse projeto se iniciasse. Muita gratidão por todo incentivo.

O segundo professor é o Leonardo Nogueira, meu querido orientador.

Esse TCC precisou ser realizado diante de significativos desafios: um curto prazo, estava retornando para a universidade depois de cinco anos afastada, precisei não trabalhar para conseguir dedicar e entregar em tempo hábil, enfim, seria um desafio emocional, principalmente.

Desde o primeiro contato de orientação com Leonardo, já foram sinalizados pequenos fragmentos da sorte! Leonardo foi objetivo, sagaz e acolhedor, durante todo o processo difícil de produção, a orientação foi conduzida com soluções e deixando o caminho mais leve. Em alguns momentos eu seguia, mas não tinha certeza se seria possível, mas em todas as falas, em algum momento ele dizia: “vai dar certo!”.

Eu não poderia ter tido melhor orientador, acredito que se eu pudesse pedir, não pediria tão bem. Eu que já vinha com esse histórico de admiração pelos meus mestres, tive a sorte de ter Leonardo pra fazer ainda mais sentido.

Uma imensa gratidão em ter na minha banca de avaliação a professora Vivian Lucia e Professora Marina Rodrigues, vocês fizeram parte disso, obrigada por me interpretarem com atenção tão generosa.

E por fim, deixo com carinho o meu muito obrigada aos meus colegas do Serviço Social e todos os outros cursos, aos funcionários, repúblicas e todos aqueles passaram pelo meu caminho.

Finalizo não só me despedindo, mas emanando boas-vindas ao novo ciclo que se inicia.

RESUMO

Este trabalho objetiva compreender como o direito a cultura é efetivado na comunidade através das Políticas Públicas de Cultura, tendo como objeto de investigação dos instrumentos de acesso, a cidade de Contagem. Para isso, primeiro foi realizado uma pesquisa bibliográfica mediante uma breve compreensão das concepções de cultura ao longo da história e da trajetória da política cultural no Brasil, e posteriormente, uma análise documental do Plano Municipal de Cultura de Contagem. Serão apontados desafios e avanços da política cultural no Brasil, compreendida na contemporaneidade como concepção simbólica, onde no campo de garantia do direito, quem produz a cultura é a sociedade e o papel do Estado é estabelecer fomentos para garantias de proteção, promoção, preservação e incentivo cultural na vida de todo cidadão e no desenvolvimento social. Por fim, observaremos que existe uma distância entre o direito garantido e o acesso pleno, podendo ser observado por significativas ausências e concentração de instrumentos culturais entre as regionais de Contagem, que se justifica também, de forma geral, pela estrutura política e social no qual o Brasil foi construído e está submetido. Porém, ao observar os avanços das políticas culturais, a compreensão é que o Estado e a sociedade constroem coletivamente um ideário democrático diante a afirmação do que se deseja para a sociedade e transforma a legislação em um campo de luta pelos direitos, utilizando as políticas públicas como grandes ferramentas para efetivação a caminho das utopias de transformação social.

Palavras-chave: Cultura; Política Cultural; Direito a Cultura; Cultura de Contagem;

ABSTRACT

This work aims to understand how the right to culture is effected in the community through the Public Policies of Culture, having as object of investigation of the instruments of access, the city of Contagem. For this, a bibliographic research was first carried out through a brief understanding of the conceptions of culture throughout history and the trajectory of cultural policy in Brazil, and later, a documentary analysis of the Municipal Plan of Culture of Contagem. Challenges and advances of cultural policy in Brazil will be pointed out, understood in contemporary times as a symbolic conception, where in the field of guarantee of the right, who produces culture is society and the role of the State is to establish incentives for guarantees of protection, promotion, preservation and cultural incentive in the life of every citizen and in social development. Finally, we will observe that there is a distance between the guaranteed right and full access, which can be observed by the decentralization of the distribution of cultural instruments of the regional Contagem, which is also justified, in a general way, by the structure in which Brazil was built and is submitted. However, the State and society collectively build a democratic ideology in the face of the affirmation of what is desired for society and transforms legislation into a field of struggle for rights, using public policies as great tools for effectiveness on the way to utopias of social transformation.

Key words: Culture; Cultural Policy; Right to Culture; Culture of Counting;

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa de Contagem dividido por regionais _____ 60

LISTA DE TABELAS

Tabela **Erro! Nenhum texto com o estilo especificado foi encontrado no documento.**- 1 Instrumentos culturais implementados em cada regional_____61

LISTA DE SIGLAS

ARENA - Aliança Renovadora Nacional

CFC - Conselho Federal de Cultura

CLT - Consolidação das leis trabalhistas

CMC - Conferência Municipal de Cultura

CMPC - Conselho Municipal de Política Cultural

CNC - Conferência Nacional de Cultura

CNC - Conselho Nacional de Cultura

CNPC - Cria o Conselho Nacional de Política Cultural

CNPI - Conselho Nacional de Proteção aos Índios

CNRC - Centro Nacional de Referência Cultural

Compac - Conselho Municipal do Patrimônio Cultural

CPC - Centro Popular de Cultura

DIP - Departamento de Imprensa e propaganda

FBN - Fundação Biblioteca Nacional

FCP - Fundação Cultural Palmares

FCP - Fundação Cultural Palmares

FCRB - Fundação Casa Rui Barbosa

Ficart - Fundo de Investimento Cultural e Artístico

FMIC - Fundo Municipal de Incentivo à Cultura

FNC - Fundo Nacional de Cultura

Fumpac - Fundo Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural

FUNARTE - Fundação Nacional das Artes

FUNARTE - Fundação Nacional de Arte

Fundac - Fundação Cultural do Município de Contagem

IFRJ - Instituto Federal de Educação do Rio de Janeiro

INCE - Instituto Nacional de Cinema Educativo

INCE - Instituto Nacional de Cinema Educativo

INCE - Instituto Nacional do Cinema Educativo

INL - Instituto Nacional do Livro

INM - Instituto Nacional da Música

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LAB - Lei Aldir Blanc

LGBTQIAPN+ - Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli, Não-binárias e mais.

MEC - ministério da Educação e Cultura

MinC - Ministério da Cultura

MS - Ministério da Saúde

PAC - Plano de Ação Cultural

PMC - Plano Municipal de Cultura

PNC - Nacional de cultura

Promfac - Programa Municipal de Formação na Área da Cultura

PRONAC - Programa Nacional de Apoio à Cultura

PT - Partido dos Trabalhadores

SAI - Secretária de Articulação Institucional

Salic - Leis de Incentivo à Cultura

SEAC - Secretária de Assuntos Culturais

SMBLL - Sistema Municipal de Bibliotecas, Livro e Leitura e

SMIIC - Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais

SMM - Sistema Municipal de Museus

SMPC - Sistema Municipal de Patrimônio Cultural

SNC - Sistema Nacional de Cultura

SNT - Serviço Nacional de Teatro

SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SUMÁRIO

Introdução	15
Capítulo I: Contribuições do materialismo histórico-dialético para estudo da cultura	20
1.1 Pressupostos materialistas para estudo da cultura	21
1.2 O debate sobre o conceito de cultura nas ciências sociais	29
Capítulo II: Direito à cultura e política cultural no município de Contagem/MG	33
2.1 Breve histórico da política cultural brasileira	33
2.1.1 Plano Nacional de Cultura (PNC)	52
2.2 Plano Municipal de Cultura da Cidade de Contagem (2015/2025)	55
2.4 Breve diagnóstico da política cultural em Contagem	56
Considerações finais	63
Referência	6

Introdução

A relevância deste estudo se dá no cumprimento do pré-requisito para a conclusão do curso de Serviço Social na Universidade Federal de Ouro Preto, e tem por objetivo, a partir de inquietações baseadas na minha experiência de acesso cultural, oriundos de uma realidade periférica, investigar o Direito a cultura mediante a Política Cultural e refletir como a compreensão do tema pode estimular mais retorno, incentivo e esclarecimento para o contexto de acesso aos instrumentos culturais dentro da comunidade.

Meu interesse pelo tema baseou-se na minha experiência pessoal vivenciada na condição de artista em uma trajetória que iniciou em uma breve e significativa experiência de projeto social, no município de Contagem, atrelado a realidade de vulnerabilidade social que fizeram parte de toda a minha infância até a adolescência. Após a consolidação de dançarina profissional no mercado internacional, ao retornar para a comunidade, vieram até mim testemunhos que me colocavam como referência a luz de sonhos de pessoas que sabiam que eu parti da mesma realidade social, assim como questionamentos de possibilidades e alternativas culturais para terem como inspiração, em uma suposição que apontava carência de promoção cultural dentro do bairro por parte da gestão pública.

Minha condição de acesso ao conhecimento especializado se deu por meio de política pública, onde através da política de cotas para alunos do ensino público, foi possível minha inserção no curso de Serviço Social na universidade federal. Assim, tendo a base teórica desse curso como inspiração, que oportunizou dentro da grade curricular a reflexão da cultura como direito que promove a cidadania, meu estudo se coloca na necessidade de compreender melhor a realidade de estrutura e política cultural no qual a comunidade está inserida, assim como buscar respaldo ao aprofundar no tema sobre o Direito a cultura e os instrumentos da Política Cultural, para então, possibilitar um compartilhamento de reflexões, informações e ações dentro da comunidade.

Também uma reflexão crítica que propõe lucidez no meio artístico profissional no qual estou inserida, uma vez que cultura ganhou muitas concepções e ilustra uma longa resistência, com forte atuação dos artistas, mediante aos movimentos sociais e políticos,

na luta para ampliar e fortalecer o acesso democrático cultural, e se libertar dos direcionamentos culturais dominantes, tensionados pela estrutura social e histórica.

Mas para além disso, foi interessante testemunhar o conceito cultural estudado se efetivando a partir da necessidade da interação com o município no qual faço parte, experienciando a reflexão onde a Política Pública de Cultura é mediada pela relação entre Estado e sociedade civil e tem potência política de provocar reflexão, pertencimento, transformação e gerar relações e impacto comunitário, assim como faz parte da expressão da vida.

Para que esse processo mencionado acima fosse possível, tornou-se necessário fazer a contextualização histórica do tema. A Política Cultural é o meio pelo qual o Estado busca garantir e promover o direito à cultura, porém, primeiramente, foi importante compreender o que é cultura, a trajetória da Política Cultural no Brasil e avaliar, através do Plano Nacional de Cultura, como está ilustrado os instrumentos culturais dentro da comunidade.

Para que fosse iniciado este estudo foi necessária uma pesquisa bibliográfica, tendo a tese de doutorado intitulada Globalização e Cultura, da professora Cristina Bezerra como principal base de compreensão teórica na perspectiva Marxista, uma vez que é a teoria que explica o ser humano no contexto do materialismo histórico e se ampara na perspectiva de totalidade. Para a concepção de cultura, além de Bezerra, a obra Cultura e Democracia, da filósofa Marilena Chauí e Cultura e Debate do Serviço Social, do mestre Rafaela Ribeiro, também acrescentaram na reflexão.

Para iluminar o caminho da trajetória da política cultural no Brasil, foi usado as considerações do renomado professor Doutor João Guerreiro, coordenador do curso de Produção Cultural do Instituto Federal de Educação do Rio de Janeiro (IFRJ), onde realizou uma palestra intitulada como: A História das Políticas Culturais no Brasil, através do Canal Ação Cultural, no qual enfatiza brevemente a trajetória cultural desde o Brasil Império até o Governo Bolsonaro.

Durante o processo de estudos também foi feita uma visita na Secretaria de Cultura de Contagem e secretaria adjunta da regional Petrolândia, na intencionalidade de aproximação, e por último, uma análise do Plano Municipal de Cultura da Cidade de Contagem.

Visando estruturar melhor todo o conteúdo acerca da cultura, a divisão dos capítulos deu da seguinte forma: no primeiro capítulo foi feita uma contextualização visando compreender a cultura na vida do ser humano, e para isso buscou-se primeiro uma compreensão de sua constituição histórica.

Iniciaremos com reflexões sobre as contribuições do materialismo histórico-dialético para estudo da cultura, enfatizando o momento de renovação Marxista marcado pela Virada Cultural.

Os Pressupostos materialistas para estudo da cultura, que vai ser desenvolvido no próximo título, aborda a teoria marxista que traz ao debate o materialismo histórico, enfatizando duas afirmações de Marx centrais para a compreensão sobre o universo cultural, sendo elas: “o homem se constitui historicamente por suas condições materiais de produção” e que “a vida determina a consciência”.

Logo após essa base, entraremos no tema Cultura em seu processo de variadas concepções que passou ao longo da história, com desvendamentos importantes para compreender os reflexos críticos que se combate até os dias de hoje como herança histórica.

Após um momento de renovação teórica, dentro da própria teoria Marxista, no século XX, em um consenso de amadurecimento amparado pela antropologia, cultura vai ser compreendida como concepção simbólica de interpretação da realidade, regida pelo processo de significação. Entendida no mundo moderno como tridimensional: simbólica, cidadã e econômica, tema que será mais desenvolvido no capítulo posterior. Esse resgate histórico se dará pelo título: O debate sobre o conceito de cultura nas ciências sociais.

Esse resgate será importante para pensarmos onde está localizado o conceito quando se fala em direito cultural na vida do cidadão, e assim partiremos em uma análise da trajetória da política cultural inaugurando o próximo capítulo.

Iniciaremos o capítulo II, com o tema: Direito à cultura e política cultural no município de Contagem/MG. Depois de passar pela etimologia e concepção filosófica, conforme abordado no capítulo anterior, e entender a longa trajetória e complexidade que o conceito de cultura possui dentro de uma estrutura social, a compreensão que chegamos na contemporaneidade, e vamos discutir sobre, é que no campo do direito, quem produz a cultura é a sociedade e o papel do Estado é estabelecer fomentos para garantias de

proteção, promoção, preservação e incentivo cultural na vida de todo cidadão e no desenvolvimento social.

No próximo título, apresentado como: Breve Trajetória da Política Cultural no Brasil, iremos abordar o processo onde o Brasil passou por 7 constituições no decorrer da história, sendo elas nos anos de 1824, 1891, 1934, 1937, 1946, 1967, até chegar a de 1988, em vigor hoje, construída com a participação da sociedade diante o cenário de retomada da democracia e dedicou dois artigos (215 e 216) para regulamentar os direitos culturais no Brasil.

Será apontado a atenção que os governos deram diante a cultura e insinuado como foram os processos de resistência e conquistas sociais mediante a luta dos movimentos sociais e políticos até chegar na criação do Ministério da Cultura e o Plano Nacional de cultura, lei que instituiu a política pública de cultura.

No próximo tema já iremos adentrar um pouco mais detalhadamente sobre a estrutura que forma o Plano Nacional de Cultura, sendo ele o principal instrumento vigente da garantia, proposição e planejamento das políticas públicas de cultura no Brasil. Assim como o Sistema Nacional de Cultura, que é um processo de gestão e promoção das políticas públicas de cultura democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação (União, Estados, DF e Municípios) e a sociedade. Após entrar nessa compreensão de como se estrutura a política cultural, vamos aplicar sobre a investigação real dentro de um município, e teremos o Plano Nacional da Cidade de Contagem como referência.

Intitulando os temas: “Plano Nacional de Cultura (PNC)”, “Plano Municipal de Cultura da Cidade de Contagem (2015/2025)” e “Breve diagnóstico da política cultural em Contagem”, diante as informações adquiridas do diagnóstico, foram feitos alguns apontamentos, no qual regula o município ao Sistema Municipal de Cultura, na intenção de iluminar a compreensão que se baseia a garantia do direito cultural mediante a realidade cultural apresentada. Leis que afirmam: a cultura como política pública de Estado, o papel do poder público municipal na gestão da cultura, a concepção tridimensional da cultura. Diante a análise, pode-se notar uma distância e desafios a serem alcançados para o avanço ao acesso democrático cultural. Inclusive, foi possível desvendar a ausência de instrumentos culturais em uma significativa concentração de

acesso aos instrumentos culturais, possibilitando compreender os motivos dos questionamentos comunitários que motivaram essa pesquisa.

Porém, também fortaleceu o entendimento e reconhecimento do direito cultural como um grande marco e a garantia que a política pública de cultura está caminhando sobre fortes avanços diante sua trajetória na história do Brasil, mediante a lutas e resistências dos movimentos políticos e culturais. Percebe-se um posicionamento mais acalorado para compreender a concepção como garantia democrática e não somente de democratização cultural, para que de fato o direito alcance a todos os indivíduos e coletivos.

Capítulo I: Contribuições do materialismo histórico-dialético para estudo da cultura

O conceito de cultura passou por diversos significados na história humana, mas a busca pelas contribuições teóricas torna possível adentrar cada vez mais ao universo cultural com mais fundamento e proporcionar elementos para compreender como a cultura influencia na complexidade da vida do ser social e no mundo contemporâneo em constante transformação.

Bezerra (2006) aponta os anos 1960 e 1970 como um marco importante, onde acentua o momento de renovação da tradição marxista, quando aparecem as primeiras reflexões críticas da chamada Terceira Internacional, uma forma organizativa do movimento comunista mundial. Essa tradição experimentou um renascimento e uma maior flexibilidade ao desenvolvimento teórico acerca da compreensão do ser social diante suas lacunas em processo de interpretação, assim como a dimensão da sua complexidade.

Conforme Ribeiro (2020), a releitura da obra de Marx passa a refletir criticamente os fatos históricos que se vivenciava, com direções que apontavam para alternativas e posicionamentos enriquecidos de novas matrizes e variações, assim como se liberta das posições marxistas fixas, imutáveis e a negação de outras considerações que desviavam do módulo do marxismo oficial.

O século XX é enriquecido com estudos mais aprofundados acerca da teoria cultural, ou seja, a renovação da tradição marxista ascendeu a perspectiva metodológica,¹ permitindo que elementos como cultura, ganhasse maior legitimidade para compreensão da realidade sócio-histórica da sociedade burguesa. Segundo Bezerra (2006), esse resgate teórico foi essencial para fortalecer e repensar a importância das propostas do método em Marx e contribuir para o debate de diferentes determinações, como conceitos de “cultura”, “linguagem” e “ideologia”.

¹ O acesso a trabalhos marxistas mais novos, tais como as obras de Lukács e de Goldmann, bem como a obras marxianas e marxistas mais antigas, tais como as de Gramsci, da Escola de Frankfurt e do próprio Marx, agora em nova tradução, representaram um novo arsenal teórico neste caminho de renovação (BEZERRA, 2006, p.16).

De acordo com as considerações de Bezerra (2006), a metade do século XX foi marcada pela “virada cultural”, dando a esse elemento enfoque teórico e colocando o tema cultura mais centralizado na vida política e intelectual. Motivações que buscavam compreender as diferenças e diversidades, com inquietações diante o contexto trabalhista que vivenciavam na Inglaterra, dispendo atenção as reformas de estudos acadêmicos. Ao pensar a relação entre cultura e as demais esferas da vida em sociedade, tendo como principal referência a vida dos operários², demarca o que ficou conhecido como Estudos Culturais. Nesse processo, “intensificou-se, então, uma ‘volta às superestruturas’, uma reconsideração da cultura, buscando-se atentar para as particularidades regionais e nacionais geralmente ignoradas pelo internacionalismo abstrato do marxismo oficial” Bezerra (2006, p.18).

1.1 Pressupostos materialistas para estudo da cultura

Podemos entender que a compreensão da sociabilidade humana se dá decorrente a forma de como os homens produzem e o que produzem na busca pelas suas necessidades e satisfações. Sendo assim, o modo de produção é o elemento fundador das sociedades e através dessa interação do homem, a ação e resposta de intervenção vai conduzindo sua forma de existência, transformando a si próprio e o meio social no qual está inserido.

² Thompson e Williams também tinham uma inserção nas universidades tradicionais britânicas, onde passaram a desenvolver projetos de intervenção de caráter político e social. Assim, tornaram-se professores da Worker’s Educational Association, uma associação voltada para a educação de trabalhadores. Preocupados com uma educação pública que divulgasse e defendesse os valores da cultura comum desses operários, em oposição aos valores gerais defendidos pela elite, eles se propuseram a repensar o conceito de cultura. Passaram, então, a valorizar a cultura dos “de baixo”. Tentando reformular o conceito de cultura sem, no entanto, abandonar os princípios de Marx que os orientavam, eles passaram a estudar e a traduzir, além de publicar, vários pensadores marxistas europeus na revista *The New Reasoner* como, por exemplo, a obra de Gramsci. O objetivo central era analisar o pensamento teórico marxista, tentando rever a questão do economicismo, de forma a incluir uma clara preocupação com a questão da cultura (RIBEIRO, 2020, p. 75).

Diante desse entendimento, a teoria marxista que traz ao debate o materialismo histórico, enfatiza que “o homem se constitui historicamente” (BEZERRA, 2006, p.21). Avançando diante a reflexão proposta por Max e Engels, mais uma concepção que nos permite obter é que a partir da relação do homem com a natureza e a relação com os outros homens, o mesmo se torna consciente e capaz de refletir sobre sua vida material, ou seja, “a vida determina a consciência” (BEZERRA, 2006, p.21).

Também permite refletir que o sentido que se cria na medida em que os homens estabelecem suas mais diferentes trocas com outros homens e tudo que o envolve nessa interação, é, primeiramente, condicionado pelo modo de produção. A partir das concepções de Marx e Engels, Bezerra (2006) explica que os homens começam a produzir seus meios de existência até produzirem toda a sua própria vida material, definindo assim, o que os indivíduos são enquanto seres “vivos e conscientes”. Processo esse que o diferencia dos outros animais.

Esta produção, a cada momento de complexificação das sociedades, caracteriza-se, cada vez mais, como um processo coletivo, um processo que pressupõe o intercâmbio dos indivíduos entre si. Assim, os homens produzem em sociedade, em condições sociais herdadas ou criadas por sua própria ação, se constroem e se organizam em sociedade tendo na base deste processo as condições e relações de produção. Ao apresentarem este postulado básico para o materialismo histórico, Marx e Engels colocam em xeque, desde então, a suposta autonomia dos produtos da consciência, pregada pelo idealismo clássico alemão. A partir de então, a produção de ideias, de representações, de símbolos e de referências no plano da consciência, passa a ser compreendida como parte do processo de vida real dos homens, como consequência de um determinado desenvolvimento das forças produtivas e das mais diferentes relações (sociais, econômicas e políticas) que a elas correspondem (BEZZERA, 2006, p.22).

A complexidade que acompanha as interações dos homens no processo de produção evidencia as ações coletivas onde constroem e se organizam em sociedade, desde a criação de símbolos até as relações sociais, políticas e econômicas. Ou seja, dentro do processo de cada realidade histórica em que estão submetidos, a forma de produção e como são feitas essas relações, de acordo com a necessidade de cada sociedade, é que vai determinar as ideias, representações, símbolos e direcionar a consciência. Esse entendimento é elemento chave para o desenvolvimento do debate do que se compreende a noção de cultura na perspectiva marxista.

Quando o homem se coloca superior a natureza e supera seus instintos naturais de sobrevivência, esse processo permite um salto de qualidade. Baseado em um exemplo simples, as necessidades biológicas e a forma de comportamento para se saciar comparado ao homem e o animal. Se o homem sente fome, observa-se que existe um modo de preparo do alimento norteador de simbologias, de acordo com o contexto cultural e temporal no qual está inserido. A busca pela qualidade vai superando e moldando os comportamentos, desde moldar um machado para a caça que propõe mais praticidade até levar o alimento ao fogo que proporciona facilidade de digestão e molda o sabor. Esse alimento pode ser colocado em um recipiente, adicionar ervas pode ser outra descoberta de combinação agradável, a tradição de como preparar esse alimento ou até mesmo modificá-lo motivado de insatisfação. Netto (2006) diz que esse processo na reprodução biológica dos seres humanos está vinculado ao que se denomina pulsões, na qual são mediatizadas por escolhas, valores, normas e rituais.

Portanto, se posiciona diante a natureza diferente dos animais, o ser social supera as necessidades de apenas sobrevivência, processo esse que estimulou a se desenvolver como espécie humana, e nessa busca em melhorar sua condição de vida, agrega “um salto de qualidade em seu processo de socialização. Assim, a natureza é controlada, regulada, e transformada pelo trabalho humano” (BEZERRA, 2006, p. 23).

Para todo esse desenvolvimento acontecer o homem primeiramente se move através de um processo teleológico, onde idealiza em sua mente o projeto antes de executá-lo e assim transforma a natureza. O homem passa a construir “utilidades” ou “valores de uso” e através da intencionalidade, que direciona o processo de trabalho, transforma elementos naturais para atender as necessidades sociais (BEZERRA, 2006).

No movimento histórico, diferentes determinações mudam as formas de produzir e de se apropriar do que foi produzido, porém, Bezerra (2006) salienta que jamais se poderá abdicar-se do processo que compõe o ser social que é o trabalho, pois os elementos que direcionam sua dinâmica sofrem transformações e atualizações, mas jamais esgotam sua existência, seja qual for a formação sócio-histórica.

Na compreensão de Marx e Engels, ao investigar a divisão do trabalho e a forma de propriedade ao longo do desenvolvimento histórico de diferentes sociedades, ressalta que a separação histórica entre campo e cidade ocasiona pela divisão entre trabalho

intelectual e trabalho material na sociedade moderna. No que se refere a consciência, esse desenvolvimento contínuo de produção material e relações produtivas, os homens transformam historicamente sua consciência social e os produtos desta consciência também de forma divergentes, de acordo com a sociedade que estão vivenciando historicamente, influenciando na sua cultura.

Percebe-se na sociedade moderna, o envolvimento cada vez maior de pessoas dentro dessa interação social, que constitui e media o processo de trabalho. Nesse movimento, os homens se socializam, interrelacionam e interferem no seu meio. Cada modo de produção produz a sua cultura decorrente das relações produtivas que a envolvem socialmente, com um universo capaz de sustentar características e contradições originárias dessas relações. Da intensidade e complexidade dessas interações, o trabalho passa a depender da cooperação entre muitas pessoas (BEZERRA, 2006).

A autora acima ainda vai dizer que para atuar sobre a natureza, é preciso atuar teleologicamente também sobre outros seres sociais, visando o convencimento e a interrelação com outras práticas. Surge desse processo uma práxis social interativa que se constrói através do trabalho, porém, um processo de autonomia que se desenvolve será posteriormente questionado segundo a concepção Lukacsiana.

De acordo com a afirmação marxiana, “a época do indivíduo isolado é precisamente aquela na qual as relações sociais alcançaram o mais alto grau de desenvolvimento” (BEZERRA, 2006, p. 25). Se tratando de autonomia no mundo moderno, as condições que permitiria a escolha e capacidade de se isolar na vida atual só é possível devido aos resultados que ele encontra de inúmeros processos de trabalhos coletivos já realizados. Senso assim, a autonomia dessa práxis social interativa que ele adquire se deve a um contexto societário de trabalho humano, amplamente mediado. É tendencioso, inclusive, a sociedade não perceber a localização desse processo fundante que constitui a vida do ser social.

A autora ainda continua a reflexão ao dizer que esse processo de trabalho humano, amplamente mediado, engloba todo processo de “humanização do homem”. Produzem valores de uso em cooperação, onde o objeto, meios de produção e o próprio trabalho podem se renovar e se desenvolver de acordo com as necessidades sociais, ou seja, a “articulação de uma práxis social interativa a partir do trabalho, os elementos

componentes deste próprio processo de trabalho se historicizam e se atualizam permanentemente” (BEZERRA, 2006, p. 25).

A partir desse processo, em que o ser humano se apodera de seus elementos para satisfazer necessidades que se dão através da vida em sociedade, se descobre como parte da natureza, mas também separado dela. Dotado de autonomia, mas percebe que a perspectiva que constitui o sentido pleno da experiência humana, através do trabalho, se dá pela coletividade e não é um movimento somente individual. Se constitui assim, o ser social, que através de uma relação complexa, possui controle consciente sobre a natureza e sobre si.

De acordo com Bezerra (2006, p. 26), através desse agrupamento, onde se constroem e se definem em sociedade, irão construir um universo cultural correspondente. Surge um modo de vida próprio entre essas relações, decorrente aos encontros e soluções que o próprio grupo desenvolve, sente, pensa, vive, cria, como um conjunto de elementos simbólicos. É a partir de determinado modo de produzir que constroem, também, seus modos de trocar, distribuir e consumir. A cultura passa a representar um “outro componente de uma sociabilidade necessária enquanto espaço de reprodução de determinadas relações sociais” Bezerra (2006, p. 26).

De acordo com a autora acima, quanto mais complexas são as sociedades, maior é a aparência de autonomia destas ações interativas diante o universo cultural em relação ao trabalho. Mas como já problematizado em relação a essa autonomia, a vida não se resume somente ao trabalho, porém, as outras esferas são secundárias.

A mediação que o homem faz com a natureza e com outros homens se constrói também por determinações que se cria através de elementos como a política, a arte, os valores morais, a religiosidade e o lazer, mas para reforçar a compreensão, é importante ressaltar que o primeiro fundamento que constitui o ser social através do salto antológico na interação com a natureza é o trabalho.

Todo esse processo faz com que o homem vá além de garantir apenas sua existência física, ao produzir objetos para satisfazer suas necessidades humanas, através da práxis social interativa, produz também determinado modo de refletir e de manifestar sua vida. Bezerra (2006), ainda vai dizer que nessa articulação que propõe reciprocidade entre momento de produção e demais momentos, organiza-se a infraestrutura e os

elementos de caráter superestrutural, onde as relações vividas pelo homem tendem a influenciar dialeticamente o trabalho e a esfera da produção, possibilitando até mesmo um redirecionamento.

Conforme a explicação da autora, a organização cultural da sociedade, diante dos costumes e valores, ainda que muito complexos, exerce uma influência que não é mais marginal sobre o modo de trabalho e modo de produção, diante disso, essa práxis social interativa propõe relações sociais e políticas determinadas. Um “processo vital de indivíduos em sua existência real, em seu modo de trabalhar e produzir materialmente, que compõe uma estrutura social, simbólica moral e política” Bezerra (2006, p. 29).

Uma questão fundamental que a autora vai trazer para compreender nessa reflexão do universo da cultura, é que o desenvolvimento das forças produtivas e as relações que a eles correspondem diante a atividade material, influencia na produção da consciência, ideias, representações e a criação de símbolos. Uma frase determinante para elucidar é quando Marx e Engels diz na citação a seguir: “Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência”.

Não partimos do que os homens dizem, imaginam e representam, tampouco do que eles são nas palavras, no pensamento, na imaginação e na representação dos outros, para depois se chegar aos homens de carne e osso; mas, partimos dos homens, em sua atividade real, é a partir de seu processo de vida real que representamos também o desenvolvimento dos reflexos e das repercussões ideológicas desse processo vital. (...) Não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência. (MARX & ENGELS *apud* BEZERRA, 2006. 29).

A partir de sua constituição cultural, iniciado com o trabalho, pensar no processo avançado que o ser social alcança de humanização e socialização se deve ao compreender o ser social já em processo cultural onde realizou a passagem de uma adaptação natural a uma adaptação social, interativa. Avançando a essa reflexão do processo cultural, as sociedades não dão as mesmas respostas às necessidades humanas.³ Considerando o processo de trabalho onde o homem satisfaz suas necessidades, as diversas sociedades se diferenciam ao criar soluções originais para os problemas decorrentes a suas particularidades sociais. “Satisfazem as mesmas necessidades através de objetos

³ Como nos propõe Marx, não existe “produção em geral”, toda produção ocorre em determinadas condições e sob determinadas orientações que são advindas também deste universo coletivo, onde o elemento cultural nos chama particular atenção.)

diferentes” (BEZERRA, 2006, p. 30). Em resposta, até mesmo, aos elementos culturais diferenciados no qual constrói em relação recíproca pelo processo de trabalho.

O sentido que o homem historicamente atribui aos diversos elementos de sua vida se constrói através da ordem simbólica, no qual organiza a complexidade do universo cultural, ou seja, Bezerra (2006, p. 26) explica que “o mundo da cultura nos remete, necessariamente, à ordem simbólica.

(...) atuando sobre a natureza, tanto como atuando uns sobre os outros, os sujeitos humanos se defrontam sempre com momentos nos quais sentem a necessidade de rever suas ideias, suas impressões, percebem que lhes convém reavaliar suas representações, repensar suas convicções. Dão-se conta de que precisam fazer escolhas, tomar decisões importantes, assumir riscos. A cultura é esse plano no qual os seres humanos exercem plenamente seu poder de invenção, sua criatividade maior, sua efetiva liberdade. (KONDER apud BEZERRA, 2006, p.30)

Na vida do ser social, a cultura engloba o espaço de constituição, reflexão e crítica de suas relações com a natureza e com os outros homens. Em paralelo a essa compreensão a autora propõe que é relevante refletir sobre duas possibilidades que podem levar a um direcionamento equivocado na compreensão que apreende a esfera cultural: a primeira é atribuir que apenas através do trabalho o homem se realiza e se constitui enquanto ser social, dando ao trabalho status de exclusividade sem considerar o conjunto de esferas secundárias como culturais, religiosas e políticas que compõe a uma totalidade e sentido da vida em coletividade.

Diante esse todo complexo, qualquer mudança significativa em determinada sociedade necessita interferir no conjunto no qual cria-se um espaço interrelacionado, em que nenhuma esfera tem mais autonomia. Dentro das esferas vão se concretizando espaços de lutas sociais, interesses diferenciados, correlação de forças, o que acaba também por influenciar, determinar e redirecionar o que compõe o modo produção.

Para contribuir com o pensamento, Ribeiro (2020) traz uma reflexão de Marx e Engels ao dizer que:

É interessante observarmos essas considerações também na carta de Engels encaminhada a J. Bloch, onde considera que “[...] de acordo com a concepção materialista da história, o fator que em última instância determina a história é a produção e a reprodução da vida real. Nem Marx nem eu jamais afirmamos mais que isto. Se alguém o tergiversa, fazendo do fator econômico o único determinante, converte essa tese numa frase vazia, abstrata, absurda. A situação econômica é a base, mas os diversos fatores da superestrutura que se erguem sobre ela – as formas políticas da luta de classes e seus resultados, as

Constituições que, depois de ganhar uma batalha, a classe triunfante redige etc., as formas jurídicas e inclusive os reflexos de todas essas lutas reais na cabeça dos participantes, as teorias políticas, jurídicas, filosóficas, as ideias religiosas e o seu desenvolvimento ulterior até a sua conversão num sistema de dogmas-exercem também suas influências sobre o curso das lutas históricas e determinam, em muitos casos, predominantemente a sua forma. Aqui está presente a interação de todos esses fatores, na qual, através de toda uma multidão infinita de causalidades [...], acaba sempre por impor-se como necessidade o movimento econômico. Se não fosse assim, aplicar a teoria a uma época histórica qualquer seria mais fácil que resolver uma simples equação de primeiro grau” (Marx e Engels *apud* RIBEIRO, 2020, p. 82)

A segunda está dentro de um debate bastante contemporâneo, pautado na discussão sobre o multiculturalismo. Permite levar ao equívoco em acreditar que a esfera cultural é autônoma na dinâmica das sociedades modernas. Esse direcionamento leva a entender que o trabalho, enquanto fundante do ser social, estaria em crise devido a elementos da conjuntura histórica no que envolve o desenvolvimento da sociedade capitalista, como: desemprego, contratos temporários, subemprego, decorrências do mundo tecnológico e tudo que se compõe dentro da chamada reestruturação produtiva, propondo ao trabalho, um sentimento de compreensão secundário da vida e agravando ainda ao atribuir a outras instâncias que compõe a esfera cultural, tais como o gênero, a geração, a orientação sexual e a etnia, um peso protuberante no que corresponde a determinação do ser social. “Com isso, a cultura seria o espaço da identidade, que abortaria ou minimizaria, conseqüentemente, a identidade de classe” (BEZERRA, 2006, p. 32).

Um outro fator muito relevante para se discutir a sociedade contemporânea no qual a autora vai propor é o processo de alienação política que vai se acentuando no decorrer do desenvolvimento capitalista. Mais evidenciada nos momentos de crise, induz a uma compreensão de autonomização da esfera cultural.

O capital é capaz de se apropriar de suas condições gerais de reprodução, fazendo-as tomar a forma de forças sociais desencadeadas, externas e estranhas ao corpo social, de forças sociais autonomizadas e reificadas. Assim, a cultura, enquanto uma das condições de reprodução do sistema do capital, também estaria passando por este processo ao ser colocada como uma esfera autônoma e estranha ao mundo do trabalho. (Bezerra, 2006, p. 32)

Essa proposta de reflexão marxista contribui para a dar sentido e relevância sobre a questão cultural no processo da vida do ser social, uma vez que não se esgota diante a

condição do trabalho, mas no entendimento que também submete a construção social dentro e fora dele, em outra esfera constitutiva que também é a cultura. A interferência do projeto capitalista que o faz ultrapassar sua dinâmica econômica, propõe o questionamento a estrutura do momento histórico, uma vez que é a vida que determina a consciência e a dinâmica de produção estimula um processo de alienação, dá a impressão de que o processo pela busca de qualidade originado do próprio homem tem retorno desviado. Mas salvo que não é um processo imutável, onde nem mesmo a cultura se esgota em uma sociedade em constante transformação. Cultura tem potência para direcionar o meio social com interferência crítica diante os espaços de luta e resistência, para que vá em um direcionamento de (re)apropriação da totalidade e abra espaço para novos sentidos de existência nas relações sociais.

1.2 O debate sobre o conceito de cultura nas ciências sociais

Ao abordar etimologicamente a palavra cultura vamos direcionar a importância e necessidade de analisarmos o conceito através de uma consciência histórica, dando atenção as contradições no qual o termo se desenvolveu no decorrer de sua trajetória.

Cultura origina de várias acepções, “vem do latim *colere*, que traz o significado de habitar, cultivar, colher, proteger, horar com veneração. Tais significados foram se desmembrando e cultura assumiu o sentido principal de cultivo e cuidado” (RIBEIRO, 2020.p 87). É emprestada da palavra agricultura, que traduz o cuidado com a terra. Por um longo período teve o seu significado como atividade, logo depois o sentido ampliou-se para incluir o processo de desenvolvimento humano, conforme vamos abordar adiante.

No decorrer da história do ocidente, o movimento intelectual conhecido como iluminismo começou a partir do século XVII e ganhou força no século XVIII, com ideias precedias e estreitamente associadas a Revolução Científica, defendiam o uso da razão para entender e solucionar problemas da sociedade no propósito de reestruturar o Antigo Regime.

Com esse movimento que se deu na França, inspirados pela filosofia da Ilustração, a palavra cultura é influenciada para o conceito de refinamento intelectual, designando o termo cujo adjetivo significava “culto” ou “não culto”. Embora essa concepção de aperfeiçoamento era concentrada sob a particularidade de determinados grupos ou

indivíduos da realidade europeia, mas não abarcava a sociedade ou sua totalidade, combatiam a irracionalidade e ignorância através de seus membros, e assim, cultura se torna referência e sinônimo de civilização⁴. Sentido de evoluir os “primitivos” onde contrasta e supera um estágio de barbárie, ou seja, compartilha a ideia de progresso que traz a uma civilização, estendida a todos os povos que compõem a humanidade.

Esse processo de conceito civilizador se perpetua, porém, segundo Bezerra (2006), o debate passa a ser problematizado entre a apreensão universalista e particularista. A autora vai dizer que para uma nação que ainda não conseguia sua unificação política, a Alemanha procurava afirmar sua existência glorificando sua cultura, opondo-se assim, a noção francesa universalista de civilização:

A acepção alemã do termo cultura terá, por sua vez, um elemento diferenciador bastante relevante nos debates a partir do século XVIII. A intelligentsia alemã se considera investida da missão de construir, desenvolver e irradiar uma certa “cultura alemã”, baseada nos valores da ciência, da arte, da filosofia e da religião. Para uma nação que ainda não conseguira sua unificação política, a Alemanha procurava, então, afirmar sua existência glorificando sua cultura. O debate contemporâneo herdará da noção alemã de cultura os elementos que se referem à delimitação e à consolidação das diferenças nacionais, opondo-se, assim, à noção francesa universalista de civilização. A “nação cultural”, para os alemães, precede a nação política. Cultura significa um “conjunto de conquistas artísticas, intelectuais e morais que constituem o patrimônio de uma nação considerado como adquirido definitivamente e fundador de sua unidade.” (CUCHE *apud* BEZERRA, 2006, p. 35).

Em meados do século XIX se constitui o ramo da ciência humanas e a antropologia, fundamentadas na teoria do evolucionismo. No início da constituição antropológica, os antropólogos guardarão o conceito iluminista associadas a evolução ou progresso, porém, baseadas nos conceitos do darwinismo social, a palavra cultura passa por mais um momento de transição e ganha um sentido mais complexo que diverge⁵ do sinônimo de civilização.

⁴ “Civilização deriva-se de ideia de vida civil, portanto, de vida política e de regime político. Com o Iluminismo, a cultura é o padrão ou o critério que mede o grau de civilização de uma sociedade. Assim, a cultura passa a ser encarada como um conjunto de práticas (artes, ciências, técnicas, filosofia, os ofícios) que permite avaliar e hierarquizar o valor dos regimes políticos, segundo um critério de evolução” (CHAUI, 2008, p. 55).

⁵ Duas palavras vão lhes permitir definir esta oposição dos dois sistemas de valores: tudo que é autêntico e que contribui para o enriquecimento intelectual e espiritual será considerado como vindo da cultura; ao contrário, o que é somente aparência brilhante, leviandade, refinamento superficial, pertence à civilização. A cultura se opõe então à civilização como a profundidade se opõe à superficialidade. (COUCHE *apud* BEZERRA, 2006, p.37).

Segundo Bezerra (2006), Johann Gottfried Herder irá utilizar, pela primeira vez, em 1774, a palavra “culturas”, em um plural significativo construído justamente em nome do gênero nacional de cada povo, que aponta para uma diversidade de culturas como a riqueza da humanidade e contra o universalismo uniformizante do Iluminismo, onde cada cultura exprime parte da riqueza de toda a humanidade. Assim também, Ribeiro (2020) complementa o pensamento ao trazer as considerações de Williams:

Esse termo pluralista amplo foi, pois, de especial importância para a evolução da antropologia comparada no século XIX, onde continuou designando um modo de vida global e característico. Respostas alternativas a essas questões têm produzido amplo leque de significados convincentes, tanto dentro da antropologia quanto, por extensão, a partir dela: desde a antiga ênfase num “espírito formador”- ideal, religioso ou nacional – até ênfases mais modernas em uma “cultura vivida” determinada primordialmente por outros processos sociais, hoje designados de maneira diversa – comumente certos tipos de ordem econômica ou política (WILLIAMS *apud* RIBEIRO, 2020, p. 89).

No entanto, vale ressaltar também que por interpretar um conceito profundamente político e ideológico, na intenção moderna de não só compreender, mas também de construir uma ordem social humana, se estabeleceu um padrão para medir a evolução ou grau de progresso de uma cultura, segundo Chauí (2008), esse padrão foi, evidentemente, o da Europa capitalista. As sociedades que desenvolvessem formas que não enquadravam ao modelo Europeu, como formas de troca, comunicação e poder diferentes do mercado, da escrita e do Estado, eram consideradas como “primitivas”. Evidenciava-se critérios para avaliar o nível cultural de outros povos, podendo classificá-los como pouco evoluídas, falta de cultura ou que ainda estavam em estágio de progresso caso identificado a ausência desses determinados elementos próprios do ocidente. Ou seja, um conceito de valor para distinguir as formas culturais, que vai desde afirmar uma posição etnocêntrica no decorrer da história a justificar e legitimar o colonialismo e o imperialismo.

Bezerra (2006) ressalta que o que podemos observar ao recuperarmos a gênese social e o desenvolvimento histórico do termo cultura é que os diferentes significados que ele apresentou não foram substitutivos, mas se tornaram complementares. Embora se ramifique diferentes compreensões do termo cultura que acompanha uma complexidade evidente, no estudo das ciências sociais, se tornou possível ampliar o debate que permite abordar o conceito em uma perspectiva de totalidade, destacando pensadores que teorizaram as contradições das formas de cultura na sociedade e ressaltaram como essas produções servem de instrumentos de dominação. Com isso, possibilitou oferecer

recursos com importantes reflexões teóricas que fortalecem a ação social de resistência e instigou mudanças na sociedade burguesa.

Mais influente a partir do século XX, as artes também dão sustentação com obras e práticas que representam o processo geral do desenvolvimento humano.

“Cultura” denotava de início um processo completamente material, que foi depois metaforicamente transferido para questões do espírito. A palavra, assim, mapeia em seu desdobramento semântico a mudança histórica da própria humanidade da existência rural para a urbana, da criação de porcos a Picasso, do lavrar o solo à divisão do átomo. No linguajar marxista, ela reúne em uma única noção tanto a base como a superestrutura. (EAGLETON *apud* BEZERRA, 2006, p. 38)

E assim, é interessante refletir três definições das pesquisadoras que complementam a reflexão sobre a definição de cultura, amparadas pelas reformulações da antropologia social e a antropologia política. Ao abordar sobre o conceito, Bezerra (2006) ainda complementa o pensamento ao ressaltar que:

Cultura significa, neste sentido, um “modo de vida global” de determinado povo ou grupo social, compreendendo um conjunto de elementos (valores, costumes, tradições, símbolos, representações e referências) que constroem, em torno de uma coletividade, um parâmetro dinâmico de identidade. Neste sentido, se fala da “cultura de diferentes povos ou grupos”, a qual possibilita, entre eles, ao mesmo tempo, um elemento de inclusão e outro de exclusão, quando se compartilha ou não de uma mesma cultura. Assim a cultura unifica e separa, identifica e aliena, aproxima e afasta as pessoas. Neste âmbito de compreensão do universo cultural, faz-se necessária uma discussão acerca deste elemento de identidade. O que se define, a partir deste “modo de vida global” é uma norma de vinculação que permite que pessoas e grupos se localizem em uma determinada ordem societária e que seja, ao mesmo tempo, localizado por grupos e pessoas diferentes. É importante observarmos, então, que identidade e alteridade se constroem em uma relação necessariamente dialética, que está em jogo a partir de diferentes enfrentamentos e embates sociais. Cultura não é estática: Não existe, neste sentido, uma identidade que se construa definitivamente. Se a cultura é um elemento dinâmico, que contém e acompanha o movimento da vida real, o parâmetro de identidade que dela decorre também se define no interior de contextos sociais que orientam as representações e as escolhas culturais. É no interior das mais diversas trocas sociais, viabilizadas pela dinâmica produtiva de cada sociedade, que ocorrem também as chamadas trocas culturais, que fazem da identidade este elemento em constante (re)construção (BEZERRA, 2006, p.38)

Após passar por essa compreensão, vamos adentrar no processo de construção sobre o conceito de cultura que atravessou a história do Brasil, onde institucionalizou a cultura como direito, em que através da Política Pública de Cultura, instaurou em sua organização política mecanismos para efetivar e garantir o acesso cultural.

Capítulo II: Direito à cultura e política cultural no município de Contagem/MG

Depois de passar pela etimologia e concepção filosófica, conforme abordado no capítulo anterior, e entender a longa trajetória e complexidade que o conceito de cultura possui dentro de uma estrutura social, o entendimento que chegamos na contemporaneidade, e vamos discorrer sobre, é que no campo do direito, quem produz a cultura é a sociedade e o papel do Estado é estabelecer fomentos para garantias de proteção, promoção, preservação e incentivo cultural na vida de todo cidadão e no desenvolvimento social.

2.1 Breve histórico da política cultural brasileira

Uma das grandes conquistas na democracia do Brasil, depois de uma longa trajetória de lutas sociais e políticas, é a ressalva da cultura como direito, garantida na Constituição Federal de 1988, que a reconhece como um direito social. O Brasil passou por 7 constituições no decorrer da história, sendo elas nos anos de 1824, 1891, 1934, 1937, 1946, 1967 até chegar a de 1988, em vigor hoje, construída com a participação da sociedade diante o cenário de retomada da democracia, após um longo período de repressão ditatorial e construção social marcada com histórico escravagista.

Ao fazer um breve resgate histórico da política cultural, com a chegada da família real portuguesa em 1808, é possível sinalizar alguns primeiros indícios de intervenções estatais, embora não validadas como uma política cultural.⁶ Medidas como a implantação da Academia Imperial de Belas Artes e Jornal Gazeta do Rio de Janeiro, por exemplo. Considerando, que até 1808 era proibido existir, circular e produzir jornais e livros no Brasil. Porém, pode-se apontar direcionamentos culturais voltados totalmente para o olhar do imperador, ligado a marca da influência europeia e caráter favorável ao governo, fazendo ações pontuais. E assim vão se criando ações do Império, como a construção do

⁶ Para iluminar o caminho da história, consultaremos as considerações do renomado professor Doutor João Guerreiro, coordenador do curso de Produção Cultural do Instituto Federal de Educação do Rio de Janeiro (IFRJ), onde realizou uma palestra intitulada: A História das Políticas Culturais no Brasil, transmitida pelo Canal Ação Cultural, no qual enfatiza brevemente a trajetória cultural desde o Brasil Império até o Governo Bolsonaro.

Jardim botânico no Rio de Janeiro, Museu Nacional, avanços ao acesso educacional (embora elitizado), e cria-se um direcionamento pela busca de uma identidade nacional para o Brasil.

O governo Imperial provocou em seu regime o surgimento de grandes insatisfações da elite brasileira: igreja católica, militares e cafeicultores, grupo importantes do cenário político nacional. Dentre alguns motivos, desencadeou o descontentamento dos ruralistas devido a abolição da escravatura em 1888 - mediante a luta dos negros e pressão internacional sobre o império. Em decorrência, o Brasil passa pelo marco da Proclamação da República. Diante esse processo, se estrutura a Primeira República em 1889, traz para o centro do Estado, grupos de oligarquia com predominância de São Paulo, ligados aos cafeicultores e Minas Gerais, ligados aos fazendeiros, que se revezavam ocupando a Presidência do país. Período também conhecido como República do Café com Leite, República dos Coronéis ou República Velha, no qual também não se formaliza políticas culturais e nem políticas sociais.

Porém, entre os períodos de 1901 a 1910, surge uma efervescência dos filhos de uma pequena burguesia brasileira indo para a Europa, principalmente para estudar. Ao retornarem, começaram a manifestar novos conceitos sobre a arte, principalmente com indagações para entender o que seria a arte brasileira.

Em 1927, tem a primeira exposição da Anita Malfatti em São Paulo, onde um dos críticos notórios da época, Monteiro Lobato, lhe aplicou severas críticas pelo teor considerado ousado da sua obra. Mas a repercussão desencadeou uma organização desse grupo para discutir como seria possível fazer uma cultura de elementos do Brasil com olhar para os novos tempos e sem apenas retratar as referências que a Europa ditava. Com isso, vão acabar organizando, em 1922, a semana da Arte Moderna. Evento esse que abriu espaço para uma nova roupagem diante a identidade cultural brasileira e influenciou e impactou o olhar social sobre a arte. Surgindo nesse fluxo o movimento Antropofágico, que pegam as referências externas e elaboram uma temática artística que retrata o cotidiano brasileiro.

A semana da Arte Moderna vai inspirar o surgimento de intensos debates por um grupo de artistas de diversas áreas, sobre o que seria uma identidade cultural brasileira. E intensifica o movimento modernista. Concomitante a esse cenário, a década de 20

apresenta de outros lados um marco de muitas greves e reivindicações, dentre elas, pautas apresentadas pelo movimento operário e o movimento tenentista.

Uma pequena classe média começa a crescer no Brasil se identificando com a candidatura do Getúlio Vargas (1930-1945), que levantava bandeiras a favor das pautas dos movimentos e apontava ideias revolucionárias em relação ao governo, questionando a política que se concentrava para garantir os interesses políticos e econômicos da elite que dominava o poder. E assim, Vargas saiu do Rio Grande do Sul ao Rio de Janeiro com o argumento de romper com a política do café com leite e instigar políticas de modernidade para o país. Levantava um lema de fortalecimento do Estado a favor da sociedade civil com intenção de interferir no bloco de poder que predominava. Ganhou com isso a simpatia de muitos grupos.

Contudo, Getúlio Vargas perde a eleição e contando, principalmente, com o apoio dessa pequena burguesia e integrantes de movimentos ativos em pautas naquele momento, decreta o que ficou conhecido como Revolução de 1930. Esse período da Era Vargas vai ser marcado por três momentos: Governo Provisório, Governo Constitucional e Estado Novo. E vai apresentar cunho desenvolvimentista, nacionalista e corporativista.

Se antes a cultura era vista apenas como uma prática dos privilegiados, nesse momento, ela incorpora aspectos de estratégica da cena política do Brasil, assim como marca a primeira fase de intervenção do Estado.

A investida do governo se inicia em processo de centralização de poder: elimina órgãos legislativos, federal, estadual e municipal e mantém ausência de eleições. Também cria ministérios, dentre eles estão o Ministério do Trabalho, Ministério da Indústria e Comércio e Ministério da Educação e Saúde.

lutas sociais não cessam em suas demandas, porém, diferente de outros tempos, passam a conquistar mais espaços dentro dos debates políticos, surge entre as pautas a noção de cultura como direito. Entre as reações, greves e pressão popular diante ao regime, coloca-se no cenário a Revolução Constitucionalista em 1934, que embora não tivesse êxito, vai induzir a elaboração de uma nova Carta Magna.

A nova constituição de 1934 foi promulgada e vai promover avanços importantes como: voto feminino, estabelecer o ensino primário gratuito e obrigatório e criou a justiça do trabalho. Getúlio Vargas vai trazer para junto do seu governo os artistas que foram

expoentes da semana de Arte Moderna para construir direcionamentos dentro do ministério da Educação e Saúde. Mediante uma nova organização política, reforça suas intenções em fomentar o simbolismo e identidade nacional mais moderna e a ideia de “levar a cultura para o povo”. Mantinha o discurso de finalmente entrar no século XX e se desvincular do aspecto de Brasil atrasado. Põe a frente do ministério Francisco Campos (1930 - 1934), mais ligado na discussão da educação. Em 1934, Francisco sai e assume em seu lugar Gustavo Capanema (1934 a 1945), mais voltado as artes, com perfil “esteticamente modernista e politicamente conservador”. Em sua gestão, dá respaldo aos artistas e intelectuais renovadores e formadores de opinião, que buscavam essa nova linguagem. Chama, por exemplo, para secretário executivo, o poeta Carlos Drummond de Andrade.

Entre muitos que agregaram, nomes como Mario de Andrade, que traz no decorrer de sua gestão os primeiros olhares sobre a importância de refletir uma política de patrimônio imaterial dentro da política cultural. Vai contar também com Heitor Villa-Lobos dentro do ministério, com influência sobre música, falando sobre o canto orfeônico nas escolas.

A partir desse período a cultura ganha intervenção com forte presença Estatal, vai se criando todo arcabouço de gestão, dentre as ações, instituições como: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), Serviço Nacional de Teatro (SNT), Instituto Nacional do Livro (INL), Conselho Nacional de Cultura (CNC), Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE) e Instituto Nacional da Música (INM).

O Brasil refletia sob um olhar que discutia as novas roupagens urbanas e modernas em relação a transição que vinha do período arcaico, que seria um Brasil rural. Embora marcado por um momento de Estado autoritário, vai apresentar seguimentos que possibilitaram o desenvolvimento de políticas de cultura no País.

Porém, Vargas estabelecia uma visão muito comum no contexto histórico, do Estado levando a cultura para a sociedade, onde caberia a análise da gestão validar o que seria ou não cultura. Nesse seguimento, a educação vai fortemente se vincular como mecanismo para viabilizar essa intenção. Mais ainda, a ideia que se fortalece é a cultura usada como instrumento de educação, esse conceito é um grande marco do governo Vargas.

Acalorado por essa pauta, surge o Instituto Nacional do Cinema Educativo (INCE), que consolida ações entre cinema e educação, em que leva para a sociedade o plano nacionalista dentro da cultura. Na intencionalidade do cinema nacional estar em diálogo com o povo. Getúlio tinha os meios de comunicação como rádio e cinema na estratégia política, sendo um ponto a contribuir bastante para sua popularização e divulgação, ocasionou uma grande expansão da sua imagem com a população e aproximação com intelectuais de diversas áreas e regiões. Entre os mais conhecidos, está a criação da programação: “A Hora do Brasil”, criado em 1935, transmitido em todas as estações de rádio no mesmo horário e atentava a população com informativos oficiais do governo. A rádio ocupou uma posição privilegiada, usada como instrumento político do governo e entretenimento de outras programações, como rádio novelas.

Nesse período, se vivenciava notáveis intervenções culturais que impactaram o cotidiano da sociedade, que se dividia diante a sinalizações de “renascença cultural” e repressões da ditadura. Em decorrência aos embates apresentados pelo Movimento Modernista, o impacto sobre a cultura ocasionou em selar um status de fonte de organização de identidade nacional. Getúlio Vargas, por sua vez, tinha em seu projeto político o controle do Estado em todas as esferas da sociedade. Esse vínculo propôs proveito para seu Projeto Intervencionista.

Intensifica um cenário em que o mesmo governo que cria a ditadura é um governo que incentiva a cultura, muito marcado pelo período de 1937. Previa-se eleições presidenciais para o ano de 1938 e ao iniciar as campanhas Vargas não se candidata ao cargo, pretendia dar continuidade em seu governo através de um golpe de Estado. É elaborado o Plano Cohen, com a justificativa de que o país sofria um “ameaça comunista”. Importante salientar o quanto Vargas reprimiu duramente o comunismo e colocou em centralidade o combate a qualquer vestígio que apontasse para esse conceito político.

Getúlio referendou a carta institucional de 1934 e elaborou uma nova constituição inspirada na Carta da Polônia com teor fascista, conhecida como “polaca”. Aplicando um golpe de Estado, o congresso foi fechado por Vargas e é instituído o Estado Novo (1937 - 1945). A nova Constituição de 1937 passou a vigorar, foi a 4ª Constituição brasileira e a 3ª do período republicano. Cria-se em 1939 o Departamento de Imprensa e propaganda (DIP), que tinha duas funções principais: uma era enaltecer as ações do governo, Vargas era exibido com uma figura paternalista, imagem que o consolidou como “pai dos

pobres”, promovendo sua imagem através de propagandas de rádio, cartazes, textos e documentários cinematográficos. O segundo propósito era ser ferramenta de controle e censura, principalmente nas manifestações culturais como: produções teatrais, cinema, rádio, revistas e literatura.

Ao que compete o Plano desenvolvimentista, algumas políticas de governo continuam a ser implementadas. Cria-se projetos e instituições como: A Marcha para o Oeste em 1938, Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI), em 1939 e Consolidação das leis trabalhistas (CLT), em 1943. Em 1945 é anunciado o fim da Segunda Guerra Mundial (1939 - 1945) no continente europeu, e com a derrota, a ideia de regime autoritário de Getúlio Vargas ficou travancada e insustentável.

Mas foi um momento marcado também pela mobilização dos sindicatos, artistas e intelectuais e parte da classe média que cria o que ficou conhecido como Queremismo, movimento a favor da permanência de Vargas no governo do Brasil. Diante da pressão, novas eleições são marcadas para dezembro de 1945. Antes disso, As Forças Armadas tramitam um golpe e retira Vargas do poder. Porém, ao assumir o governo, mantem as eleições. O candidato Gaspar Dutra (1946 -1951), ganha as eleições para Presidente, no qual teve apoio de Vargas, que se torna deputado nessa mesma eleição. Marca o fim do Estado Novo. Se instaura um período democrático na história do Brasil, validada pela Quarta República Brasileira (1946-1964) e se estabelece a nova Constituição Nacional de 1946.

Em relação as políticas culturais, esse decurso não mantem a mesma dinâmica dentro do Estado, mas acaba apresentando alguns marcos, como a criação do Ministério da Saúde (MS), que ocasiona o Ministério da Educação e Saúde em que deixa de ser - (MES) e vem a ser substituído pela criação do Ministério da Educação e Cultura - (MEC), Lei sancionada por Getúlio Vargas.

Nesse período de governo, o Brasil foi marcado pelos reflexos de Pós Guerra e a veemência que se dividia entre realçar a cultura brasileira e incorporar o modo de vida Americano, que ficou ainda mais acentuado através do protagonismo da indústria cultural pelo rádio, cinema e televisão, onde o apogeu se deu no período que antecedeu a Segunda Guerra Mundial, marcado também pela Guerra Fria. O cinema de Hollywood, assim como

as músicas, ganham protagonismo acentuado para levar o estilo americano, e em 1945, se fortalece mais a hegemonia estadunidense na sociedade Brasileira.

O Estado se afasta do papel que Vargas construiu de intervenção na cultura e transfere essa função para a iniciativa privada, vinculada a indústria cultural, consideravelmente relevante na virada entre 1950 e 1960, em que no cenário das casas brasileiras o que prevalecia como principal eletrodoméstico era a presença dos rádios, sendo grande difusor da indústria cultural, uma vez que nem todas as regiões do Brasil contam com a criação de cinemas, não sendo acessível para todos.

A década de 60 retratou a ascensão de novos movimentos, que possibilitou influenciar e expandir o ar revolucionário em vários lugares do mundo e abrir espaço para se discutir políticas e refletir novas instituições culturais. Movimentos como: a Contracultura, indispensável para essa reflexão dentro da temática cultural, uma vez se retratava de grupos sociais diversionistas, que se opunham à hegemonia de costumes e valores oriundos dos países desenvolvidos do ocidente, apontando um número cada vez maior de questionamentos as normas culturais validadas socialmente. Se discutia os valores conservadores diante a organização da sociedade, contando também com a reaparecimento do movimento feminista efervescendo na Europa, que logo vai impactar no Brasil. Os fortes movimento Black Power e Panteras Negras, que transformaram profundamente a organização da comunidade negra, enfrentando o preconceito racial e colocando em pauta o alcance aos direitos civis, econômico e poder político. Assim como o início da história da luta por direitos da comunidade conhecida hoje como LGBTQIAPN+, tendo o movimento Stonewall Inn como um marco; movimento hippie, movimentos estudantis, a contestação dentre um conjunto de manifestações marcados por revoltas e rebeldias dos anos 60 em diversos países e que vai culminar em grandes impactos na história da construção das políticas culturais.

A incorporação dos artistas nos protestos também estava bem acentuada na música e cinema. Presenciou-se nessa época também, a difusão mundial da TV pela primeira vez à cor, o movimento A Jovem Guarda conduzindo o comportamento e moda da época, a inauguração da música popular Brasileira (MPB), dentre outros acontecimentos que propagou significadamente na história da cultura.

Em relação as revoltas de reformas de base: A “arte revolucionária”, é que o centro popular de cultura vai acentuar, pedindo reformas na comunicação e produção cultural mais politizadas, representadas pelos estudantes da UNE – União de Estudantes. Tais outras pautas, como: Educação pública de qualidade e laica, o Movimento de Cultura Popular em Pernambuco, onde o grande expoente foi Paulo Freire.

Nessa época, embora de forma distinta, com mais participação popular e reflexão crítica, a cultura ainda era pensada como instrumento de educação.

Via-se o cenário cultural brasileiro ganhando espaço e intensificado pelo viés de política pensada de forma mais popular, mas com a produção e participação de grupos considerados transviados da visão erudita, cultura ainda era muito valorizada pelo conceito de acumulo de certos conhecimentos e saberes, ligada a herança europeia e preceitos acentuados no padrão branco e hetero da imposição cultural dominante, que muito influenciou a política pública no Brasil. Provocando descontentamento para quem era ligado a esse conceito. E por outro lado, descontentamentos também sobre a hegemonia estadunidense e da invasão da indústria cultural, ressaltando toda essa bagagem desses grupos populares que não eram considerados produtores de cultura, principalmente porque o suporte para a agitação cultural se deu junto às massas estudantis e trabalhadoras.

O contexto estava gerando desagrado, o discurso que se levantava pela influência dominante é que o brasileiro não estava preparado para votar, supostamente por julgar em nível de qualidade ético e moral, os grupos e camadas de classe em situações de exploração e a rebeldia apresentada pelos movimentos.

E no que diz respeito a agenda reformista do presidente João Goulart (1961-1964) e sua forte aproximação com os movimentos, mexeu com os interesses dos empresários, grupos conservadores, militares, assim como desagradou os interesses americanos. As novas eleições presidenciais seriam realizadas em 1965, mas foram impedidas pela junta organizada pelos militares, que aplicou um golpe e tomou o poder em 1964. E após 21 anos de experiência democrática, o Brasil entra em um período Ditatorial (1964-1985). Esse regime é marcado por forte autoritarismo, tortura e repressão, assim como um rígido cercamento e censura dentro da cultura brasileira que resultou no desmantelamento de

projetos culturais em curso e um direcionamento da cultura como estratégia de controle Estatal.

Assim como muitos movimentos e instituições, o Centro Popular de Cultura (CPC), foi desestruturado. No entanto, grupos e intelectuais nacionalistas vão articular junto aos militares, para tentar criar uma hegemonia nacional frente ao projeto da indústria cultural estadunidense. Como exemplo, Ariano Suassuna, por meio do Movimento Armorial.

A gestão dos militares criou consideráveis legislações e instituições na área da cultura, mas com ações que objetivavam controlar e direcionar o processo cultural diante a predominância de referências que eram consideradas contrárias ao governo, onde a reformulação da política cultural contribuiria para guiar e adequar aos valores morais e políticos de uma nova cultura oficial e ao desenvolvimento nacional de acordo com as transformações capitalistas.

Dentre elas a Embrafilmes, que entra como instrumento para concorrer com Hollywood e combater o que considerava como cultura transviada, ligada as influências do estrangeirismo. A Embrafilmes vai substituir o Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE). No entretenimento, surge as Pornochanchadas, filmes de baixo orçamento com teor erótico e humorístico, que se dividia entre a alienação e a rebeldia. Em 1968 ocorreu a Primeira Reunião Nacional dos Conselhos de Cultura, considerado um grande passo para a construção de um sistema Nacional de cultura. Contou com a criação do Conselho Federal de Cultura (CFC) e recomendado a necessidade da elaboração de uma Política Nacional de Cultura, que não teve êxito nesse momento.

Na década de 70, contou com a criação da Fundação Nacional das Artes – FUNARTE, e se organiza nessa primeira versão fortalecendo a elaboração de políticas culturais ligada ao Ministério da Educação e Cultura (MEC). Como projeto de financiamento cultural da época, foi elaborado o Plano de Ação Cultural (PAC), envolvendo o setor cultural, artístico e de patrimônio. Dentro do seu papel de fortalecimento a ação teve como meta a implementação de um operante calendário de eventos culturais.

O ministério estava sob a gestão exitosa de Ney Braga, considerado com atuação importante no desenvolvimento do MEC. Esse momento conta também com discussões

sobre atribuições e legislações da área cultural dentro do aparelho do Estado. É criado o primeiro plano Nacional de cultura (PNC) em 1975, como objetivo de sistema organizacional para coordenar ações das várias vertentes do campo da cultura.

É uma época vigorosa na estrutura cultural, com implementações consideradas como embrião para o que vai ser o Ministério da Cultura futuramente.

(...)inserir o domínio da cultura entre as metas da política de desenvolvimento social do governo Geisel. Foi a única vez na história republicana que o governo formalizou um conjunto de diretrizes para orientar suas atividades na área da cultura, prevendo ainda modalidades de colaboração entre os órgãos federais e de outros ministérios, como por exemplo o Arquivo Nacional do Ministério da Justiça e o Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores, com secretarias estaduais e municipais de cultura, universidades, fundações culturais e instituições privadas. (Um dia para a cultura. In: Veja *apud* CALEBRE, 2005, p.5)

Com objetivo de preservação, desenvolvimento econômico e criação de identidade para os produtos brasileiros, houve a criação do projeto Centro Nacional de Referência Cultura (CNRC). Em 1979, ocorreu a transformação do IPHAN que deixa de ser instituto e passa a ser Secretária do Patrimônio Histórico Nacional e a criação da Fundação Nacional Pró-Memória.

Dentro da gestão da Secretária de Cultura surge um debate entre dois grupos: o primeiro desejava ampliar a estrutura da Secretária dentro do MEC, dando continuidade ao ritmo de fortalecimento e com a garantia de manter uma secretária de estrutura forte. Já o segundo grupo, apoiava a ideia da criação do Ministério de Cultura, apontando esse caminho como alternativa de colocar a cultura em lugar de evidência nas ações governamentais.

Em 1981 foi criada a Secretaria de cultura, vinculada a Secretária de Assuntos Culturais (SEAC) e a área de patrimônio. Nesse período foi elaborado o plano de Diretrizes para política cultural do MEC. Para situar o período, em 1979 é sancionada a Lei da Anistia. O cenário que se percebia ao longo da década de 1980 era de uma contínua compressão orçamentária dos investimentos públicos na área cultural. Em decorrência de contextos que começaram a afetar o Brasil e abalar o regime Ditatorial, como: reivindicações pela democracia e por uma nova constituinte, crise do petróleo e primeira greve dos trabalhadores no ABC, começa a sinalizar um processo de abertura no país, declarado pelo governo que seria “lenta e gradual”. Um marco importante para o processo de redemocratização do país foi o Movimento Diretas já. Um dos objetivos principais das

reivindicações era para a aprovação da emenda Dante de Oliveira, garantindo a realização de eleições presidenciais diretas em 1985. A lei não foi aprovada e se formou um acordo para a transição. Em 1985, vence Tancredo Neves por eleições indiretas. Devido a um câncer que resultou em sua morte, quem assume a Presidência é o vice, Jose Sarney (1985-1990).

Em 1985, após o fim da Ditadura Militar, se inicia um novo período democrático na história do Brasil, intitulado até os dias atuais como *Nova República*. O governo foi marcado pelo processo de reconstrução da democracia, com tentativa de combater a inflação, crise econômica, retorno aos direitos à população através da Emenda Constitucional conhecido como “Emendão”, que alteraria vários pontos da Constituição de 1967 que ainda estava em vigor. Volta os partidos socialistas e comunistas, antes colocados na ilegalidade e trouxe nesse período uma grande conquista, que foi o direito de voto aos analfabetos.

A criação do Ministério da Cultura (MinC), em 1985, foi um dos marcos para a redemocratização do país. Porém, conforme temido, as verbas ficaram majoritariamente com a educação, gerando um quadro pouco auspicioso para o futuro da cultura. E ocasionou alguns entraves dentro do novo Ministério como: superposição de poderes, perda de autonomia, disputa de cargos e clientelismo.

Na época em que Jose Sarney era senador, eleito pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA), um grupo de artistas e produtores culturais chegaram a solicitar a criação de uma lei de incentivo à cultura como forma de apoio e fortalecimento para as ações e atividades culturais, na justificativa de que dentro do Ministério, os recursos para os execução dos projetos estava sendo majoritariamente destinado para a área de educação, considerada mais importante.

Sarney apresenta um projeto para o Congresso Nacional que se dividia entre incentivo fiscal e incentivo para a cultura. A solicitação é negada, com justificativa que seria um valor elevado para investir na área cultural, o projeto é engavetado. Diante o processo de candidatura, em 1985, Jose Sarney coloca novamente esse mesmo projeto para tramitar na tentativa de buscar novas fontes de recursos para as atividades culturais.

Em 1986, é promulgada a primeira lei de incentivo à cultura no Brasil, Lei 7.505, batizada como Lei Sarney. O projeto proporcionava as empresas uma isenção de até 10%

do Imposto de Renda caso os recursos fossem destinados para o investimento de produções artísticas. No período de vigência, a forma de organização dessa proposta, através de mecenato, gerou muitas críticas. Por situações como não exigir a prestação de contas antes da realização do projeto, não exigir que o projeto tivesse circulação pública e pelos acordos se darem sem mediação do gestor público federal e ineficiente fiscalização, possibilitou casos de malversação dos recursos recebidos. Além das ocorrências de fraldes em benefícios aos interesses privados, priorizava um grupo muito seleto de captadores de recurso, centralizando as relações entre empresas e determinados artistas mais engajados na indústria cultural. Por incidências como essa, acaba não sendo um incentivo democrático de patrocínios e recebe muitos questionamentos.

Em 1988 acontece um grande marco para a redemocratização do Brasil, a promulgação da Constituição de 1988, contando com a presença de nomes relevantes na história da política e participação popular na sua elaboração. Foi um processo que durou mais de um ano e meio para formular o novo texto constitucional e contou com forte presença de grupos de defesa das minorias exigindo seus direitos inclusos. Contou com a realização de 122 emendas populares. Esse processo foi considerado por alguns historiadores como um sólido compromisso democrático e trouxe avanços significativos na área dos direitos sociais.

Se abre o período de novas eleições e o Brasil teve o primeiro governo eleito por voto popular em quase três décadas de ditadura. Em 1990 Fernando Collor de Mello (1990-1992) foi eleito para presidência. Na gestão do governo Collor a estrutura federal no campo da cultura foi profundamente alterada, excluindo radicalmente diversos órgãos da área cultural, interrompendo projetos e longos trabalhos em processo de desenvolvimento. Uma das primeiras ações foi extinguir a Lei Sarney, assim como a FUNART, EMBRAFILME, Pró-memória, dentre outros. Inclusive, acaba também com o próprio Ministério da Cultura, criando uma secretaria de cultura.

Dentre os ministros no ministério da cultura estava o filósofo Luiz Paulo Rouanet. Collor solicita a Rouanet uma lei que superasse os problemas contidos na Lei Sarney e mantivesse os mesmos princípios.

Em 1991 é implementado uma nova lei de incentivo a cultura, o Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), popularmente conhecida como “Lei Rouanet”. Com o

objetivo de fomentar a cultura do Brasil, é responsável pela captação e canalização de recursos para o setor cultural. A Lei era organizada em três mecanismos: Mecenato, Fundo Nacional de Cultura e o Ficart, sendo o Mecenato o mecanismo que mais se destacou e ganhou abrangência temática e de recursos. E nessa época, a estrutura ainda herdou brechas em relação às características de concentração de captação regional e privilégios.

Fernando Collor de Mello teve uma gestão envolvida em muitas polêmicas até que seus atos ocasionaram a um processo de impeachment, em 1992. No mesmo ano, Itamar Franco (1992-1994), vice de Collor, assume a presidência do Brasil. Itamar recriou o Ministério da Cultura e algumas instituições extintas no governo Collor. O Ministério da Cultura teve uma nova estrutura vinculadas às seguintes entidades: Fundação Nacional de Arte (FUNARTE), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Fundação Casa Rui Barbosa (FCRB), Fundação Biblioteca Nacional (FBN) e Fundação Cultural Palmares (FCP).

Em 1994, Fernando Henrique Cardoso (1994- 1997) e (1998- 2002), é eleito como novo presidente da República que perdurou em dois mandatos. Governo marcado pela implementação da política Neoliberal, privatizações de estatais Brasileiras e efetivação do Plano Real. A política Cultural recebeu mecanismos para os incentivos na promoção da cultura, destacando-se no setor privado.

A Lei Rouanet foi aperfeiçoada e promulgada regulamentações que possibilitaram mais eficiência na implementação. Mas se caracteriza também pelo recuo do Estado, diminuindo os investimentos na área cultural e transferindo para a iniciativa privada grande parcela do papel de fomento e gestão no que se refere às direções da produção cultural. Justificado pelo fato de que isenção da Lei Rouanet retrata a renúncia fiscal do saldo devedor das empresas ao governo e a estrutura de fomento se baseia em gastos públicos, o setor privado direciona onde os recursos serão investidos. A tendência de patrocínio era para projetos com maior apelo comercial, permitindo que a empresa utilize como marketing cultural. E também se destaca a influência do captador de recursos.

Em 1988 houve um passo importante para a valorização da diversidade cultural, legitimando a luta afro-brasileira com a criação da Fundação Cultural Palmares (FCP). Com o reconhecimento da influência negra no processo de construção e desenvolvimento do Brasil e tendo como propósito a promoção e preservação dos valores culturais,

históricos, sociais e econômicos. Uma vez que ainda existe o resquício de democracia racial no imaginário social que propaga que o foco do problema é apenas social e não racial e a política ainda é ineficiente ao desafio de aniquilar o padrão de desigualdade entre negros e brancos, cada progresso oriundo da luta dos movimentos negros representa avanços significativos para alcançar de fato um país democrático, igualitário e inclusivo ao acesso as políticas culturais.

Eleito pelo Partido dos Trabalhadores (PT), Luiz Inácio Lula da Silva (2003 - 2011) ganha as eleições e se torna o novo Presidente do Brasil. Contando também com sua reeleição, em 2006. Um governo marcado pela favorável condução na economia, fortalecimento de políticas sociais e ascensão da classe média no país. Em 2003, o Ministério da Cultura se reestruturou, fortalecendo seminários e debates públicos e enaltecendo a importância das culturas populares, visando uma nova hegemonia. Passa a contar com a gestão do Ministro Gilberto Gil (2003- 2008) e convida Juca Ferreira (2003-2008) como Secretário Executivo. Uma combinação de gestão considerada muito positiva para os avanços na política cultural.

A sugestão que o Ministro Gilberto Gil levanta para o Congresso Nacional é a regulamentação o Fundo Nacional de Cultura (FNC), fortalecendo as ações para quem não se beneficia da indústria cultural, engajando a diversidade cultural no Brasil. Uma vez que a Lei Rouanet já conta com viabilização do Incentivo Fiscal (Mecenato), que tende a aprovar projetos de maior status comercial. Já se inicia a elaboração do Sistema Nacional de Cultura (SNC) mediante a criação da Secretária de Articulação Institucional (SAI). Em 2004, o MinC conta com a criação do Programa Nacional de Cultura e Cidadania - Cultura Viva. Programa de ação pública que visa a reorganização do trabalho cultural, dando maior atenção ao fomento da promoção de manifestações culturais e proporcionar o alcance de cidadãos de pouco ou nenhum acesso ao mercado cultural, viabilizando meios de disseminação e produção da cultura como forma de estimular condições para mobilidades sociais e políticas. Desde o papel como agentes e produtores de cultura até o consumo de bens culturais.

O marco da gestão do Gilberto Gil conquista é uma discussão em não somente compreender as dinâmicas simbólicas produzidas pelas classes populares por identidade, valor e significados diferenciados, mas também como essencial para a construção de uma economia de cultura com teor diversificado, dando margem para distribuição de bens,

atividades e serviços econômicos. Dando ênfase também no fortalecimento de territórios diante de suas expressões e diversidades que caracterizam a chamada cultura popular.

Em continuação as ações, em 2008 é criado o programa PROCULTURA, tendo como foco o planejamento e implementação de políticas públicas para valorizar a diversidade cultural, étnica e artística no país, em uma sociedade em que as possibilidades de produção da cultura são concentradas e limitadas a pequenos nichos, cria-se pela primeira vez editais para grupos que apresentavam dificuldade para acessar os recursos públicos. Chamadas públicas para fortalecer a cultura Indígena, Culturas LGBTQIAPN+, Culturas Quilombolas, Culturas Tradicionais, dentre outros.

Em 2005 acontece a 1ª Conferência Nacional de Cultura (CNC). É criado o Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) e inserido a § 3º emenda que demanda o Plano Nacional de Cultura.

§ 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005) I defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005); II produção, promoção e difusão de bens culturais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005); III formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005); IV democratização do acesso aos bens de cultura; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005); V valorização da diversidade étnica e regional. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005) (BRASIL,1988).

O ano de 2009 foi chamado pela mídia especializada de “ano da cultura no Congresso Nacional”, em menção aos vários projetos culturais em tramitação (VARELLA, 2013, p.12). Começa no país a construção de uma Política Nacional de Cultura com maior articulação política e participação social. Se evidencia nos debates a reflexão do papel do Estado¹ a cumprir a responsabilidade de fomentar, organizar, estruturar, incentivar e gerir as ações culturais através dos recursos públicos e se evidenciar que quem faz a cultura é a sociedade.

Em 2010 acontece a 2ª Conferência Nacional de Cultura e o primeiro Plano Nacional de Cultura é promulgado e estabelecido a sua revisão a cada 10 anos⁷. Essa

⁷ A relação histórica do Estado com a área cultural deu-se, do ponto de vista político, ora pela ausência absoluta na formulação de políticas de fomento, incentivo, produção, circulação, fruição e consumo de bens culturais, com uma ação quase que totalmente patrimonialista, que marcou a maioria das gestões desse século, ora pela imposição de uma cultura oficial e totalizante, maca dos regimes ditatoriais. Sob a ótica

época também é marcada pela candidatura de Dilma Rousseff (2011-2016), eleita a primeira mulher presidente do Brasil. Permanece no cargo por dois mandatos até que no final de sua gestão é interrompida por um golpe e sofre um processo de impeachment.

Em 2012 a Emenda Constitucional nº 71 e acrescia no Art. 216-A, que institui o Sistema Nacional de Cultura. Acontece também a criação dos Programas: Cultura do Trabalhador e Cinema Perto de Você. No ano de 2013 foi realizado a 3ª Conferência Nacional de Cultura e centralizou o tema “Uma Política de Estado para a Cultura: Desafios do Sistema Nacional de Cultura”. E aconteceu um ciclo de oficinas de implantação de Sistema de Cultura em todas as regiões do país. Em 2015 acontece o “Seminário Internacional de Sistemas de Cultura: Política e Gestão Cultural Descentralizada e Participativa”.

Em 2016, após o processo de Impeachment da Presidente Dilma Rousseff, o vice, Michel Temer (2016-2018), assume o cargo e se torna o novo Presidente do Brasil. O projeto do governo Temer defendia uma política de Estado mínimo, inclusive na promoção de direitos coletivos e responsabilidades sociais. Assim como o ex-presidente Collor de Melo, uma das primeiras ações de Temer foi extinguir o Ministério da Cultura. Em um cenário de gestão composta apenas por homens, anunciou também um Ministério mais enxuto. Houveram muitas mobilizações contra a decisão e gestão, principalmente da classe artística e servidores. Como ato de resistência, se organizou o movimento Ocupa MinC através dos setores culturais, atores políticos e sociedade civil.

Em 2017 o Ministério da Cultura foi recriado, mas enfrentando cortes orçamentais sistemáticos. No decorrer desse período, a agenda da Cultura foi ainda mais reduzida e a relação entre governo e sociedade caracterizada com grande rejeição pelos setores sociais, culturais e econômicos. Entre as razões, se popularizava falta de representatividade diante o projeto político e devido Temer estar envolvido nas ocorrências do golpe contra a presidente Dilma, também afetou sua credibilidade enquanto chefe de Estado de um regime democrático.

Em 2019 acontece novas eleições presidenciais e é eleito Jair Messias Bolsonaro (2019-2022). A cultura passou por um processo de grande crise durante todo o processo

institucional, a pasta da Cultura sempre foi secundarizada nos planos de governo, permanecendo inexistente na estrutura estatal durante toda a primeira metade do século XX. (OLIVEN apud VARELLA, p.13)

dessa gestão, o Brasil foi marcado por desmontes, conflitos, instabilidade, omissão e censuras diante ao desmanche de políticas públicas. Uma vez que a cultura foi reconhecida como direito responsabilizando o Estado para garantir a viabilização a democracia cultural, o cenário que se apresentava era considerado de desvalorização cultural, retrocesso e ataque aos direitos constitucionais instituídos. Uma das primeiras ações foi extinguir o Ministério da Cultura, transformando-o em uma secretaria subordinada ao Ministério da Cidadania e depois a transferiu para o Ministério do Turismo. Houve a troca de seis secretários de cultura em três anos, corte de verbas, boicote a projetos artísticos caso considerados contrários ao conceito ideológico do governo, extinção de órgãos públicos e aparelhamento de instituições como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Fundação das Artes (FUNARTE), Fundação Palmares, entre outras.

Situações lamentáveis que ameaçaram a proteção cultural como a depredação da ANCINE, o icônico edifício Gustavo Capanema colocado a venda, a preservação da memória brasileira comprometida diante aos incêndios da Cinemateca e o Museu Nacional, apontando a falta de investimentos governamentais como contribuição para as tragédias.

Como Presidente da Fundação Palmares, nomeou Sérgio Camargo (2019-2022) o líder dessa instituição que foi conquistada no período de redemocratização do Brasil, com a finalidade de promover a igualdade racial e valorização cultural, social e econômico afro-brasileira, defendia a ideia de que não existe racismo estrutural no Brasil, justificando que o racismo é circunstancial.

No final de 2019 o mundo passou pela fatalidade de identificar o coronavírus (COVID19) e iniciar um surto de pandemia, momento no qual o governo Bolsonaro teve um enfrentamento tardio e não responsável, ampliando o número de infectados e sentenciando pessoas a morte por meio de sua gestão. O cenário para a área cultural se agravou ainda mais devido ao processo de quarentena, em que consequentemente as aglomerações e apresentações culturais presenciais foram proibidas.

Como alternativa para sobreviver, muitos tiveram que migrar para a internet na tentativa de ter seus produtos culturais veiculados. Criou-se a cultura de apresentações artísticas através de *lives* e consumo de serviços de streaming como *Netflix*, *Amazon*

Prime Video, etc. Enaltecendo a importância da cultura, principalmente ao que compete ao audiovisual, em um cenário contraditório a sua valorização, pois milhares de profissionais ainda estavam sem nenhum amparo e perdido seus postos de trabalho. “Em resposta a esse cenário ocorreu uma mobilização por parte de agentes e gestores municipais e estaduais de cultura que, pressionando o poder legislativo, conseguiu articular pelo menos três projetos de Lei” (SEMENSATO, 2021, p.90).

Foi aprovado o projeto de Emergência Cultural Lei nº 14.017/20, que estabeleceu um auxílio emergencial a todos os artistas ou intérpretes de obras audiovisuais veiculadas durante a vigência do estado de calamidade pública decorrente da pandemia de Covid-19 (Agência Câmara de Notícias, 2020). Em homenagem ao compositor Aldir Blanc, que faleceu em 2020 devido ao coronavírus, a Lei ganhou o nome de Lei Aldir Blanc (LAB).

Em um contexto pouco propício às políticas culturais, a LAB teve uma externalidade positiva, provocado revigoramento na política do SNC, ou pelo menos, de seus congêneres estaduais e municipais (SEMENSATO, 2021, p.92). Em 2022, para continuar suprindo o incentivo à cultura e garantir ações emergenciais, principalmente as demandas do período de pandemia, foi sancionada a Lei Complementar nº 195, de 2022, que ficou popularmente conhecida como Lei Paulo Gustavo, em homenagem ao artista considerado um dos maiores humoristas brasileiros que também faleceu em decorrência da COVID-19. A “Lei Paulo Gustavo direciona R\$ 3,86 bilhões do superávit financeiro do Fundo Nacional de Cultura (FNC) a Estados, Municípios e o Distrito Federal para fomento de atividades e produtos culturais” (Lei Paulo Gustavo, www.cultura.go.gov.br disponível em 2022). Os recursos da Lei disponibilizam 30% do Fundo Nacional de Cultura e 70% do Fundo Setorial do audiovisual.

Em 2023, Luiz Inácio Lula da Silva toma posse em seu terceiro mandato como presidente do Brasil. Como Ministra da cultura, Margareth Menezes compõe a gestão. O direcionamento nessa nova direção governamental classifica a cultura como “dimensão estratégica do processo de reconstrução democrática do país e da retomada do desenvolvimento sustentável”. (O que o plano de governo de Lula prevê para a Cultura, 2022). Nos 200 dias de governo, Lula revogou 97 normas do governo Bolsonaro, consideradas prioritárias para a garantia dos direitos da população (paraibaonline.com.br, 2023) e se tornou o presidente que mais liberou emendas parlamentares em um único mês. (WETERMAN, 2023).

O presidente levantou o seguinte discurso em relação a cultura diante do seu plano de governo:

“Defendemos amplo direito à cultura, com o fortalecimento das instituições culturais e a recomposição do financiamento e do investimento, criando condições para a qualificação, ampliação e criação de políticas culturais, das condições de vida e de trabalho no mundo da cultura, dinamizando a economia da cultura, potencializando processos criativos, fortalecendo a memória e a diversidade cultural, valorizando a arte, a cultura popular e periférica, garantindo a plena liberdade artística e, assim, qualificando as relações sociais por meio do fomento a valores civilizatórios e democráticos” (O que o plano de governo de Lula prevê para a Cultura, 2022)

O Ministério da Cultura (MinC), que havia sido rebaixado à secretária no governo Jair Bolsonaro, recuperou o status ministerial através da nova gestão do governo Lula. E por meio do Decreto nº11.336,

A estrutura da Pasta inclui órgãos de assistência direta e imediata à ministra Margareth Menezes, sete secretarias (Secretaria Executiva; Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural; Secretaria de Direitos Autorais e Intelectuais; Secretaria de Economia Criativa e Fomento Cultural; Secretaria de Formação, Livro e Leitura; Secretaria do Audiovisual; Secretaria dos Comitês de Cultura), quatro órgãos colegiados (Conselho Nacional de Política Cultural; Comissão Nacional de Incentivo à Cultura; Comissão do Fundo Nacional da Cultura; Conselho Superior do Cinema) e Escritórios Estaduais em todas as unidades da Federação. O MinC tem, ainda, sete entidades vinculadas (Agência Nacional do Cinema; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Instituto Brasileiro de Museus, Fundação Biblioteca Nacional; Fundação Casa de Rui Barbosa; Fundação Cultural Palmares e Fundação Nacional de Artes). (BRASIL, 2023)

O Ministério da cultura é também anunciado com aprovação de orçamento histórico, um recorde de R\$10 bilhões destinados ao setor cultural em 2023. “A esse valor se somam R\$ 3,8 bilhões da Lei Paulo Gustavo, R\$ 1,2 bilhão para a Condecine, contribuição que financia a atividade cinematográfica do país, e o teto de incentivo da Lei Rouanet.” (Estado de Minas, Ministério da cultura terá orçamento recorde de 10 bilhões em 2023, 2023.)

Após compreender a concepção de cultura e acompanhar a trajetória da realidade Brasileira mediante o processo de constitui-la como direito, vamos acompanhar a efetivação da Política Pública de Cultura incorporada aos instrumentos que a envolve e observar sua execução na contemporaneidade, sendo o Plano Municipal de Cultura de Contagem o nosso objeto de análise.

2.1.1 Plano Nacional de Cultura (PNC).

O Plano Nacional de Cultura é o “principal instrumento vigente de garantia, proposição e planejamento das políticas públicas de cultura no Brasil” (VALELLA,2023). É válido destacar também a comunicação e interfaces existentes entre a cultura e direito, uma vez que dentro das diversas compreensões de cultura, se formaram bases de concepções jurídicas para que se estruturasse o Plano Nacional de Cultura e as Políticas Públicas, usadas como ferramentas do Estado para se fazer efetivar os direitos culturais (VALELLA,2023).

O que pode gerar questionamentos e provocar uma nítida percepção na vida da do cidadão é que referente aos direitos garantidos na constituição, pode existir alguma distância entre o que está estabelecido na legislação e o que de fato se efetiva na sociedade. Muito se luta para garantir na pratica o que está estabelecido na teoria.

Em uma palestra na Secretária de Cultura e Juventude, o professor Alessandro Santos reforça que um outro olhar pode ser aplicado sobre essa situação. A legislação aponta o horizonte onde queremos chegar, mostra qual é o campo ideal desse direito e coloca os servidores públicos, secretários, câmara de vereadores, todo mundo para trabalhar na realização e efetivação desses direitos.

Caso a situação fosse conduzida esperando condições ideais para depois colocar na lei, esses direitos talvez nunca chegassem. Sendo assim, o Estado e a sociedade constroem coletivamente um ideário democrático diante a afirmação do que se deseja para a sociedade e transforma a legislação em um campo de luta pelos direitos a caminho das utopias de transformação social. (AULA...,2022).

A Política Pública de Cultura garante a conservação do patrimônio cultural, onde o Estado e a Sociedade Civil ficam incumbidas de criar as normas e definir os direitos culturais e Planos, formulações, diretrizes, programas, ações para efetivação desses direitos estabelecidos. Garantindo os direitos culturais a todas as pessoas e comunidades. As Cidades recebem as ações e manifestações culturais de acordo com a sua diversidade social, apoiada pelo Estado e União através de amparo orçamentário, assim como a garantia de proteção e promoção para que as práticas culturais aconteçam.

O Sistema Nacional de Cultura é um processo de gestão e promoção das políticas públicas de cultura democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação (União, Estados, DF e Municípios) e a sociedade. Ao analisar o Sistema Nacional de Cultura, dentro dos seus princípios, se encontram palavras como: diversidade, universalização, fomento, cooperação, integração e interação, complementariedade, transversalidade, autonomia, transparência, democratização, descentralização, ampliação progressiva dos recursos. Os componentes que estruturam suas respectivas esferas são: órgãos gestores da cultura; conselhos de política cultural; conferências de cultura; comissões intergestores; planos de cultura; sistemas de financiamento à cultura; sistemas de informações e indicadores culturais; programas de formação na área da cultura; e sistemas setoriais de cultura. (BRASIL, 2023)

Ao que compete ao Governo Federal, o Sistema Nacional de Cultura (SNC) pode ser considerado um dos projetos mais importantes do MinC, através do SNC, os Estados e Municípios contam com o apoio da União para a estruturação de seus sistemas e ações na área cultural e promove as políticas culturais por intermédio da interação da sociedade civil e dos três níveis federativos: União, Estados e Municípios. Os recursos da União são concedidos para os Estados e Municípios ampliarem seus investimentos no setor cultural.

O Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), instituído pela Lei nº 8.313, que é o instrumento de execução da Lei de Incentivo à Cultura, também conhecida como Lei Rouanet, é o principal programa de fomento das atividades culturais do Brasil. É interessante salientar que “diversos estados e municípios também possuem leis de incentivo à cultura, que se estruturam a partir de renúncias fiscais e incentivos de diversas naturezas.” (BRASIL, 2023). A Lei Rouanet acomoda como mecanismo de apoio para diversos segmentos artísticos e culturais: incentivos a projetos culturais, Fundo Nacional

de Cultura (FNC) e embora ainda não regulamentado, conta também com o Fundo de Investimento Cultural e Artístico (Ficart). As propostas são cadastradas através do Sistema de Acesso às Leis de Incentivo à Cultura (Salic), onde são transitadas todas as fases do projeto e ainda conta com o Salicnet, para acessar informações sobre os projetos beneficiados e até fiscalizar as ações da Secretaria Especial de Cultura.

Cabe aos governos estaduais a estruturação de um Plano Estadual de Cultura e criação de um Fundo de Cultura, assim como criar um órgão de gestão, como as Secretarias Estaduais de Cultura. As prefeituras também recebem apoio técnico dos estados para construir seus próprios sistemas.

O governo municipal é o principal fomentador da cultura local e assim como os governos federal e estadual, os municípios devem elaborar seu próprio Plano Municipal de Cultura.

Através de uma anamnese que descreve a particularidade cultural, social e econômica da cidade, assim como um mapeamento do ambiente, história e tradições que compõe a sociedade, é precedido um diagnóstico da realidade para elaborar o plano de cultura. A partir da especificidade dos resultados que permitem evidenciar as potencialidades e desafios culturais dentro do município, possibilita criar uma base ideal de planejamentos e direcionar os caminhos mais assertivos para alcançar a valorização do patrimônio cultural conforme estabelecido constitucionalmente.

Após realizado o diagnóstico e a elaboração do plano, a prefeitura envia para a Câmara de Vereadores um projeto de lei para criar o Sistema Municipal de Cultura. Dentro dessa Lei vão se estruturar cinco componentes do município: Conselho Municipal de Política Cultural, Conferência Municipal de Cultura, Órgão Municipal de Cultura, Plano Municipal de Cultura e Sistema Municipal de Financiamento à Cultura.

De acordo com o Planejamento para a Gestão Pública Municipal de Cultura, de forma resumida, os municípios são instruídos a seguir as seguintes etapas:

- ✓ Motivando pessoas para participarem;
- ✓ Definindo o calendário de atividades públicas;
- ✓ Conhecendo a realidade municipal;
- ✓ Criando o futuro;
- ✓ Institucionalizando o planejamento municipal para a cultura (BRASIL,2019).

2.2 Plano Municipal de Cultura da Cidade de Contagem (2015/2025)

Criado em 2013, através da Lei nº 4647 que regula, no município de Contagem, o Sistema Municipal de Cultural (SMC), “O Plano Municipal de Cultura de Contagem é uma legislação que fundamenta, regulamenta e orienta a proposição e execução das políticas públicas do município, para o período de dez anos”. (CONTAGEM, 2015).

O Plano justifica que o processo de estrutura, desde a sua elaboração até o momento de encaminhar para debate e aprovação no Conselho Municipal de Política Cultural, foi de forma descentralizada e participativa, mediante a participação da Sociedade Civil, onde foram realizados consulta pública virtual, Audiência Pública e reuniões das seguintes áreas da cultura: música, artes cênicas, artes visuais, patrimônio, feiras/artesanatos, literatura e biblioteca.

Ressalta que através desse Plano é possível formar a representação e consolidação de um pacto político na área cultural do Município de Contagem, onde através da lei, possibilitou “estabilidade institucional para consolidação das políticas públicas de cultura como política de Estado” (LIMA, 2015), tendo por objetivo a promoção do desenvolvimento humano, social e econômico, assim como o exercício dos direitos culturais.

O Plano Municipal de Cultura foi o último passo para contagem desenvolver seu Sistema Municipal de Cultura e se integrar no Sistema Nacional de Cultura (SNC), desenvolvido pelo Ministério da Cultura (MinC).

De acordo com as informações contidas no Plano, a integração do Sistema Municipal de Cultura se estruturou da seguinte forma:

- Coordenação: Fundação Cultural do Município de Contagem (Fundac);
- Instâncias de articulação, pactuação e deliberação: Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC), Conferência Municipal de Cultura (CMC) e Conselho Municipal do Patrimônio Cultural (Compac);

- Instrumentos de gestão: Plano Municipal de Cultura (PMC), Fundo Municipal de Incentivo à Cultura (FMIC), Sistema Municipal de Informações e Indicadores Culturais (SMIIC), Programa Municipal de Formação na Área da Cultura (Promfac) e Fundo Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural (Fumpac);
- Sistemas setoriais de cultura: Sistema Municipal de Bibliotecas, Livro e Leitura e (SMBLL), Sistema Municipal de Museus (SMM) e Sistema Municipal de Patrimônio Cultural (SMPC).

O Plano Municipal de Contagem se estruturou da seguinte forma:

- Aplicou o diagnóstico de Contagem, identificando fragilidades, obstáculos e desafios que precisam ser superados, assim como oportunidades, as vocações e as potencialidades a serem trabalhadas.
 - Apontou os desafios por áreas subáreas da cultura.
 - Estabeleceu 13 diretrizes e prioridades culturais para o Município.
 - Criou cinco Programas Estratégicos para compor o Plano Municipal de Cultura que agrupam os objetivos e ações da gestão cultural do Município, sendo eles: 1- Difusão Cultural; 2- Economia da Cultura; 3 - Patrimônio Cultural; 4- Formação, Criação, Produção e Inovação; 5 -Gestão Pública Democrática da Cultura.

2.3 Breve diagnóstico da política cultural em Contagem

De acordo com o relato do Plano de Cultura, a origem da cidade de Contagem está relacionada diante “a procura de ouro e expedições para capturar indígenas na Capitania de Minas e São Paulo no final do século XVII”. (CONTAGEM, 2015). No contexto de intensificação da exploração e trocas, em que a circulação de mercadorias cruzava rotas estratégicas que ligavam a Comarca do Rio das Velhas (Sabará) a São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, e a necessidade de controle de entrada e saída aos trâmites comerciais, a localização favoreceu a instalação de um posto fiscal na “Região das Abóboras”.

Como os pontos fiscais geralmente ofereciam boas oportunidades de lucro, a partir de 1716, no entorno dos postos de registros, uma grande diversidade de pessoas foi dando vida a população. (IBGE, 2013). Surgiu a povoação de São Gonçalo da Contagem.

Se comercializava gado, barras de ouro, cavalos e vários tipos de gêneros, mas de característica precária e não muito rentável comparado a outros postos fiscais. “O povoado que surgiu em torno do entreposto não se expandiu como núcleo urbano, atrofiando-se com o fechamento do posto, ocorrido por volta do ano de 1759. O local do posto, que ficou conhecido como Casa do Registro, é atualmente a Casa da Cultura” (IBGE, 2013).

Um povoado se desenvolveu aos arredores da capelinha em devoção a São Gonçalo do Amarante, considerado protetor dos viajantes. São Gonçalo era um santo muito apreciado pelos Portugueses e foi se popularizando no processo de colonização. Muitos povoados das capitanias de Minas Gerais foram batizados com esse nome acompanhado pela característica do lugar. São Gonçalo do Rio Preto e São Gonçalo do Rio das Pedras, por exemplo. Nesse povoado, “vingou o nome Arraial de São Gonçalo da Contagem das Abóboras” (IBGE,2013). “A origem do nome da cidade “Contagem” decorre das atividades do “Registro das Abóboras”, ou seja, da contagem das mercadorias no posto fiscal e a “região das abóboras” ficou conhecida por esse nome pela proximidade do ribeirão das “Aboboras” (SANTOS, 2017).

Santos (2017) relata que no início do Século XVIII, por aproximadamente 200 anos, a cidade pertenceu à comarca do Rio das Velhas, no município de Sabará. Pertenceu também à Santa Quitéria, atual município de Esmeraldas de 1901 até ser emancipada, em 1911. Porém, em 1938, perdeu sua autonomia administrativa e passou a ser distrito de Betim, que perdurou durante 10 anos. Até que em 1948 é emancipada novamente. O perfil da cidade durante esse período era agropastoril e foi governada por oligarquias locais.

A característica territorial que compunham grandes fazendas e um pacato núcleo urbano no município sede, foi se modificando a partir do processo de industrialização, no século XX. Agregou novos integrantes oriundos da intensa migração populacional, assim como passou pela forte influência de modernização industrial que intensificou o processo e desenvolvimento da cidade.

Em relação ao investimento financeiro, o Plano Municipal de Cultura colocou como desafio inicial o aumento do orçamento da cultura para 1%, reconhecendo que houve poucos avanços orçamentários e será um desafio chegar ao patamar defendido pelo Ministério da Cultura, conforme determina a legislação 4647. Porém, visualizam através do Fundo Municipal de Cultura, um caminho assertivo para ampliar os recursos e alcançar a meta.

Um adendo que podemos observar sobre orçamento no decorrer da trajetória de gestão na Política Pública de Cultura no Brasil, seria o investimento governamental. Podemos dizer que a atenção e o nível de importância e prioridade que cada gestão aplica sobre a política cultural é traduzida na quantidade de orçamento investido de acordo com o que defende cada projeto político.

De acordo com as informações averiguadas no Plano de Cultura vigente, que se fundamentou em dados do IBGE, a população residente de Contagem possui 603.442 habitantes. Se apresenta no ranking como a terceira cidade mais populosa de Minas Gerais.

Ao contrário do período colonial, onde prevalecia a agricultura, a cidade se transformou em um perfil de maior influência econômica vinda do setor terciário, dentro do comércio e serviço, e vem apresentando crescimento de renda per capita no decorrer dos anos.

A faixa etária prevalece como maioria a população adulta e se distribui em: até 6 anos de idade: 9,1%, 7 a 14 anos: 12,4%, 15 a 19 anos: 8,5%, 20 a 29 anos: 19,2%, 30 a 49 anos: 31,2%, 50 a 69 anos: 15,9% e 70 anos ou mais: 3,7%. O diagnóstico informa que a população majoritária de Contagem é do sexo feminino, sendo 51,48%, e 48,52%, do sexo masculino.

Ao analisar os dados do edital do FMIC, sendo esse o primeiro edital realizado através do Fundo Municipal de Incentivo a Cultura no município de Contagem, ocorrido em 2013, foi constatado pelo diagnóstico que o sexo masculino prevalece majoritariamente no envolvimento artístico de Contagem, representando 56,95%. Sendo apenas 35,76% do público feminino e os demais 7,29%, de projetos apresentados por instituições jurídicas.

Como se percebe, embora prevaleça o público masculino na participação do envolvimento cultural, a população tem em sua maioria o sexo feminino, como foi apresentado anteriormente. Evidencia a importância de acompanhar ações específicas para o incentivo e estímulo das mulheres nas políticas culturais do município. Contagem tem uma forte influência da origem de matriz africana no processo da história do município e se autodeclaram: pardos: 49,03%, pretos: 10,1% e brancos: 40,87%.

A nossa matriz africana faz parte da história colonial de Contagem, forjada pela economia agropastoril, que permitiu a fixação de um grande número de escravos na região. No seio dessa sociedade escravista surgiram as Irmandades, organizações que permitiam as manifestações culturais e religiosas dos negros. Em Contagem, o Estatuto da Irmandade do Rosário dos Arturos é de 1868. Assim, a presença das comunidades negras de Contagem fortaleceu a cultura afrodescendente, principalmente no congado e na adoração pela Nossa Senhora do Rosário. (CONTAGEM, 2023)

As instituições que integram a estrutura da Fundação Cultural do Município de Contagem são:

- I – a Casa da Cultura Nair Mendes Moreira - Museu Histórico de Contagem;
- II – o Centro Cultural Prefeito Francisco Firmo de Mattos Filho, formado pelos conjuntos arquitetônicos: Casa Amarela, Casa Azul e Casa Rosa;
- III – o Centro Cultural Regional Petrolândia;
- IV – a Biblioteca Dr. Edson Diniz;
- V – o Espaço Popular de Contagem;
- V – a Casa dos Cacos de Louças;
- VII – o Cine Teatro Municipal Tony Vieira;
- VIII – o Lote 5-b, medindo quarenta mil, cento e oitenta e cinco metros quadrados, localizado na quadra 12, do Bairro Quintas Coloniais;
- IX – A Central de Cursos.

Diante as atuações culturais que prevalecem entre na população, os dados do primeiro Edital de chamamento Público do Fundo Municipal de Cultural permitiram

captar as atuações das áreas e subáreas da cultura através dos projetos aprovados. Entre os 105 projetos foram aprovados por área na segunda fase e correspondem entre: Artes Cênicas: 34,38%, Música: 24,76%, Literatura e publicação: 16,19%, Formação Cultural: 11,42%, Artes Visuais: 9,52%, Cultura popular: 2,85%, Audiovisual: 1,90%, Espaços e grupos/ coletivos culturais: 0,95%, Patrimônio Cultural: 0% e Artesanato: 0%.

Dentre esses 105 provados, apenas 45 projetos foram contemplados: Artes Cênicas: 28,88%, Música: 24,44%, Literatura e publicação: 17,77%, Formação Cultural e Artes visuais: 11,11%, Audiovisual: 2,22%, Cultura Popular: 2,22%, Espaço e grupos/coletivos culturais: 2,22%.

Conforme já ressaltado, Contagem é a terceira maior cidade de Minas Gerais e como ilustra a FIG.1, a distribuição da população se deu por 8 regionais, sendo elas: Industrial, Eldorado, Riacho, Ressaca, Nacional, Sede, Petrolândia e Vargem das Flores.

Figura 1 - Mapa de Contagem dividido por regionais:



Fonte: Portal da Prefeitura de Contagem.

Para atender as necessidades culturais de uma população de 603.442 habitantes, conforme mostrando no início desse capítulo, o diagnóstico aponta que Contagem apresenta um total de 100 opções de instrumentos públicos para atividades culturais, conforme ilustrados na Tabela 1.

De acordo as informações do plano Municipal, os instrumentos para atividades culturais na cidade de Contagem correspondem um total de: 7% teatros, 21% parques e praças, 28% músicas ao vivo, 10% cursos e oficinas de arte, 5% artes visuais, 26% espaços culturais/bens tombados e 3% bibliotecas e livrarias.

É possível analisar a organização geográfica de distribuição através da quantidade implementada em cada regional, conforme mostra a TAB.11, existe uma significativa concentração de opções de acesso cultural, que vai desde a região Eldorado, contemplada com 25%, até a região Petrolândia, acessando apenas 5% de opções culturais públicas.

Tabela **Erro! Nenhum texto com o estilo especificado foi encontrado no documento.**-2 Instrumentos culturais implementados em cada regional:

	Industrial	Eldorado	Riacho	Ressaca	Nacional	Sede	Petrolândia	Vargem das Flores	TOTAL
Teatro	-	1	1	1	-	4	-	-	7
Parques e praças	3	5	2	1	2	4	3	1	21
Música ao vivo	4	12	2	3	3	4	-	-	28
Cursos e oficinas de arte	3	-	-	3	-	1	-	3	10
Artes visuais	1	1	-	1	-	2	-	-	5
Espaço Cultural/Bens Tombados	5	5	2	1	1	8	2	2	26
Bibliotecas e livrarias	-	1	1	-	-	1	-	-	3
TOTAL	16	25	8	10	6	24	5	6	100

Fonte: Plano Municipal de Cultura de Contagem

Autoria da tabela: Gabriela Cornelio.

Pegando como exemplo a regional Petrolândia, por apresentar menor quantidade de equipamentos culturais em relação as outras regionais, embora se apresente como menor, de acordo com o mapa anterior, é relevante destacar para análise quantos bairros participam de sua composição. De acordo com o site da prefeitura de contagem, são 18 bairros, sendo eles: Petrolândia, Sapucaias 1, II e III, Solar do Madeira, Vila União, Industrial São Luiz, Estância Imperial, Tropical I e II, Vila Universal, Beija Flor, Lúcio de Abreu, Vila Morro Vermelho (industrial São Luiz, Nascente Imperial do Madeira, Campo Alto, São Caetano e Vila Ipanema (CONTAGEM, 2023).

Considerações finais

Conforme a perspectiva marxista, as condições de reprodução do capital vão além do movimento econômico, se estende até o universo cultural. Conforme abordado no capítulo 1, trabalho e cultura estão totalmente relacionados no processo de constituição do ser social. Mediante a esfera da práxis e com potencialidade de pensar o ser como unidade materializada que vai além dos termos biológicos, traz a existência o mundo humano nas suas mais diversas formas de desenvolvimento e organização de cada sociedade na ordem simbólica.

Antes de refletir qualquer questão contemporânea sobre cultura, não se pode deixar de considerar a estrutura no qual o Brasil foi construído e o mundo conduzido. Ao considerar a sociedade dividida em classes, influência uma pressão entre cultura dominante e cultura dominada, principalmente porque mantém raiz da concepção de “Culto”, com os conceitos Clássicos de refinamento, instrução e acúmulo de saberes determinando valor do Ser social, estabelecido da Europa.

Cultura passou pela ideia evolucionista, considerando todas as formas de hábitos e o conjunto complexo do que envolve as particularidades da vida humana em cada sociedade. Porém, também superada quando se questiona a ideia de evolução cultural, onde se padroniza uma ideia de cultura e avalia que uma cultura é mais desenvolvida que outra e caminhariam para evoluir com o tempo.

No século XX, avançamos para a compreensão em que a pluralidade cultural se constrói da particularidade histórica de cada sociedade, grupo ou comunidade e que não compete superioridade sobre a outra. Adotando assim a concepção simbólica da cultura, passando a ser compreendida como processo de significação do ser humano em que se produz e interpreta sinais que se manifestam de diferentes maneiras dentro da sociedade.

E conforme explicado por Chauí (2008), esse processo de significação permite compreender o ser humano diante a interpretação da realidade material e historicamente determinada. E assim, a partir do conjunto de formas simbólicas dentro da individualidade e da estrutura que está submetido, mediante as produções no qual cria, se identifica e se apresenta no mundo, vai construir sua identidade.

Conforme apontando no primeiro capítulo, onde a concepção de cultura é entendida como “modo de vida global”, em que envolve todo o modo de cultura imaterial como: valores, costumes, símbolos, representações, referências, conhecimentos, crenças, rituais e práticas, e assim como também engloba um conjunto de artefatos e objetos que indicam a cultura material, faz com que tudo isso forme o universo cultural.

E assim, sustentamos a consideração da estrutura no qual se formou o Brasil, conforme a trajetória apontada no início do capítulo II, entrelaçada a individualidade da sua cultura que tem herança e enfiamentos de uma história colonizadora, racista, patriarcal, homofobia, autoritária, desigual, em paralelo a várias outras questões de enfrentamento do projeto capitalista de apropriação e exploração em que acentua a desigualdade social, interfere na relação entre o movimento de cultura e trabalho do ser social e provoca retrocessos e barreiras para acessar os direitos conquistados constitucionalmente de acordo com a gestão governamental. Todo esse processo, dentro da cultura, envolve, inclusive, o universo econômico e político, que caminham de forma dinâmica.

Sendo assim, não podemos discutir cultura enquanto direito sem considerar todos esses apontamentos para de fato estar em um campo de acesso cultural democrático.

A luta dos movimentos que conquistou os direitos humanos na constituição de 1988 foi um grande marco para a história democrática do Brasil. Representadas por cada grupo, foi se incorporando o exercício individual e coletivo e constituiu o que mais tarde veio a ser a Política Pública de Cultura. Mesmo diante de várias concepções, os avanços teóricos contribuíram para a superação e conceito do campo cultural em que estará sempre em transformação, mas que se chegou a uma estabilidade razoável para apontar cultura que engloba a coletividade e identidade do se, institucionaliza na compreensão tridimensional, sendo: simbólica, cidadã e econômica.

O Sistema Nacional de Cultura é um grande instrumento para afirmar a cultura como direito e que coloca o Estado como fomentador, assim como Plano Municipal que acolhe a sociedade dentro da sua individualidade e propõe garantia a dignidade e desenvolvimento humano mediante ao acesso cultural dentro da comunidade.

Considerando todos os apontamentos citados, ao avaliarmos o Plano Municipal de Contagem é válido sinalizar que existem apontamentos de análise importantes para a

caminhar junto ao um ideário de acesso pleno ao direito a cultura. Compreendendo que é uma lei recente e a sociedade caminha posterior a uma gestão de retrocessos, o acompanhamento da sociedade civil, assim como a sua plena participação também faz parte do processo de afirmar cultura como direito

Dentro da política pública de estado, quando já se aponta que o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes culturais já se percebe que de acordo com a não contemplação de todos os seguimentos sociais e em uma população que tem um registro alto populacional, de fato é necessário investir em um fomento para ampliar a participação de todos os produtores de cultura.

Assim como o incentivo as mulheres, que podem ser estimuladas a integrar de forma mais democrática os componentes culturais, uma vez que são a maioria da população. Em relação as distribuições de instrumentos culturais nas regionais é um ponto muito relevante. Quando a lei indica a palavra “memória dos diferentes grupos”, no Art. 1º é de se pensar a importância da comunidade estar em movimento cultural dentro da sua identidade de identificação sem precisar acessar outros locais como único mecanismo de acessar seus direitos, uma vez que a estrutura não permite a condição que permita a mobilidade ideal para todas as pessoas, podendo gerar uma privação do acesso cultural caso não tenha promoção do município.

Assim como os modos de criar, fazer, viver, trocar, tudo isso precisa estar minimamente adequada em condições de apropriação e acesso para que garanta não somente a promoção artística, mas a dignidade humana onde todos são produtores de cultura e afirmam através dessa interação a sua identidade e dignidade.

Concluindo este trabalho, resalto o quanto difícil foi esse processo e ao mesmo tempo uma verdadeira oportunidade. A proposta precisou ser realizada em meio a dificuldades e desafios, principalmente em relação ao tempo. Dada a profundidade que se exige para adentrar no universo cultural, acredito que será sempre uma obra inacabada, assim como a cultura, que não se esgota mediante ao seu processo renovador, transformador e dinâmico na vida do ser social.

Em tempo oportuno, pretendo me aprimorar e aprofundar nesse estudo, desenvolver essa pesquisa e usá-la como instrumento para a criação de um projeto cultural. A proposta em trazer apontamentos sobre o município de Contagem foi na

intenção de contribuição, considerando que a atenção voltada para essa pesquisa equivale a interação com o que compõe a coletividade dentro da comunidade, na expectativa de retorno social, mediante, também, a contribuição da validação da produção acadêmica.

É pertinente ressaltar que o Plano Municipal de Cultura tem vigência de 10 anos, motivo que pode apontar diferenças diante as informações contidas no plano comparado as informações da realidade posterior a sua elaboração.

REFERÊNCIAS

AÇÃO CULTURAL. **Aula 01: A HISTÓRIA DAS POLÍTICAS CULTURAIS NO BRASIL (Prof. João Guerreiro)**. Youtube, 2021. 1 vídeo (1h54min09s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=W01T5cPnvRo&list=PLSjuvIr-4kzShCJe5z1tPOI0Soj1XeTx-&index=35&t=1435s&ab_channel=A%C3%A7%C3%A3oCultural. Acesso em: 09 ago. 2023.

BEZERRA, C. S. **Globalização e Cultura: caminhos e descaminhos para o nacional-popular na era da globalização**. 2006. 341f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

BLUM, B.; MORAES, C. Ministério da Cultura terá orçamento recorde de R\$ 10 bilhões em 2023. **Estado de Minas**, Cultura, Belo Horizonte, 27 dez. 2022. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/cultura/2022/12/27/interna_cultura,1437775/ministerio-da-cultura-tera-orcamento-recorde-de-r-10-bilhoes-em-2023.shtml. Acesso em: 18 ago. 2023.

AGÊNCIA BRASIL. Setor cultural perdeu 700 mil postos de trabalho em 2020. **Nonada Jornalismo**, Políticas Culturais, Porto Alegre, 20 dez. 2021. Disponível em: <https://www.nonada.com.br/2021/12/setor-cultural-perdeu-700-mil-postos-de-trabalho-em-2020/>. Acesso em: 16 ago. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 11.453, de 23 de março de 2023**. Dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11453.htm. Acesso em: 02 ago. 2023.

BRASIL. **Lei Complementar nº 195 de 08 de julho de 2022**. Dispõe sobre apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantir ações emergenciais direcionadas ao setor cultural; altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), para não contabilizar na meta de resultado primário as transferências federais aos demais entes da Federação para enfrentamento das consequências sociais e econômicas no setor cultural decorrentes de calamidades públicas ou pandemias; e altera a Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para atribuir outras fontes de recursos ao Fundo Nacional da Cultura (FNC). Diário Oficial da União. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 160, n. 128-B, p 1, 08 jul. 2022. Acesso em: 25 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Cultura. **1ª Conferência Nacional de Cultura 2005/2006**. Estado e sociedade construindo políticas públicas de cultura. Secretaria de Articulação Institucional do Ministério da Cultura. Brasília: Minc, 2007.

BRASIL. Ministério da Cultura. **Plano Nacional de Cultura: Diretrizes Gerais**. 2 ed. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <http://pnc.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/16/2018/05/Plano-Nacional-de-Cultura-Diretrizes.pdf>. Acesso em: 08 set. 2023.

D'OXUM, M. M. **Cartilha de direitos dos povos tradicionais de matriz africana**. Comitê de Promoção de Igualdade de Gênero e de Prevenção e Enfrentamento dos Assédios Moral e Sexual e da Discriminação (Cogen), Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/midias/arquivos/cartilha-12.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2023.

CHAUÍ, M. Cultura e democracia. **Crítica y emancipación**, v. 1, n. 1, p. 53–76, 2008.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS. **Planejamento para a gestão pública municipal de cultura: Como elaborar um plano de cultura?** Brasília/DF: CNM, 2019. 44 p.

CONTAGEM. **Plano Municipal de Cultura de Contagem**. FUNDAC, Contagem/MG. Disponível em: https://www.contagem.mg.gov.br/arquivos/comunicacao/plano_municipal_de_cultura_web.pdf. Acesso em: 28 jun. 2023.

CONTAGEM. **Lei Complementar nº 33, de 26 de dezembro de 2006**. Institui o Plano Diretor do município de Contagem e dá outras providências. Contagem: Câmara Municipal, [2006]. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-contagem-mg>. Acesso em: 22 ago. 2023.

FREITAS, S.; TARGINO, J.; GRANATO, L. A política cultural e o governo Bolsonaro. **Brasiliana: Journal for Brazilian Studies**, v. 10, n. 1, p. 219–239, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades – Contagem/MG**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/contagem/historico>. Acesso em: 22 ago. 2023.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac)**. 25 nov. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programa-nacional-de-apoio-a-cultura-pronac>. Acesso em: 12 ago. 2023.

LIMA, H. Ultraje: Bolsonaro coloca um capitão-do-mato na Fundação Palmares. **Hora do Povo**, Política, 28 nov. 2019. Disponível em: <https://horadopovo.com.br/ultraje-bolsonaro-coloca-um-capitao-do-mato-na-fundacao-palmares/#:~:text=Bolsonaro%20acaba%20de%20nomear%20para%20presidente%20da%20Funda%C3%A7%C3%A3o,acha%20que%20o%20movimento%20negro%20deve%20ser%20extinto>. Acesso em: 16 ago. 2023.

MICHEL, F. M. Janaína Paschoal admite farsa do impeachment: “Alguém acha que Dilma caiu por um problema contábil?” **Rede Brasil Atual**, Política, São Paulo, 14 set. 2019. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/politica/janaina-paschoal-admite-farsa-do-impeachment-alguem-acha-que-dilma-caiu-por-um-problema-contabil/>.

Acesso em: 16 ago. 2023.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Direito à Cultura**: MinC publica novo decreto do fomento cultural. 23 mar. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/direito-a-cultura-minc-publica-novo-decreto-do-fomento-cultural>. Acesso em: 02 ago. 2023.

MORAES, C. Com fim do Ministério da Cultura, artistas abrem foco de resistência a Temer. **El País**, Cultura, 19 mai. 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/18/cultura/1463572331_767818.html. Acesso em: 16 ago. 2023.

NASCIMENTO, A. F. Política cultural no Brasil: do Estado ao mercado. *In*: **III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**, Salvador/BA: 2007.

PEREIRA, M. M. O Movimento Negro e as Revoluções de 1968: uma análise da relação e resignificação do negro e o histórico do movimento no Brasil. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, v. 8, n. 1, p. 34, 2019.

PRESIDENTE da Fundação Palmares nega existência do racismo estrutural. **Poder360**, Brasília, 20 nov. 2020. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/presidente-da-fundacao-palmares-nega-existencia-do-racismo-estrutural/>. Acesso em: 16 ago. 2023.

R7. O que o plano de governo de Lula prevê para a Cultura. **Correio do Povo**, Eleições, Porto Alegre, 31 out. 2022. Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/pol%C3%ADtica/elei%C3%A7%C3%B5es/o-que-o-plano-de-governo-de-lula-prev%C3%AA-para-a-cultura-1.915557>. Acesso em: 18 ago. 2023.

RIBEIRO, R. **A dimensão da Cultura no debate acadêmico do Serviço Social: um panorama dos veículos editoriais pós-movimento de reconceituação (1994-2014)**. 2020. 276f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

RUBIM, A. A. C. BARBALHO, A. **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007.

SANTOS, A. C. **Patrimônio cultural e história local: a educação patrimonial como estratégia de reconhecimento e fortalecimento do sentimento de pertença à cidade de Contagem**. 2017. 116f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação e Docência) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

SECRETARIA DE CULTURA E JUVENTUDE. **Aula inaugural “Estado, Direitos Culturais e Políticas Culturais”, com o Profº Dr. Alessandro Santos**. Youtube, 2022. 1 vídeo (1h56min12s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=y3ooVXq0cRg&ab_channel=SecretariadeCulturaeJuventude. Acesso em: 19 ago. 2023.

SERVIÇOS E INFORMAÇÕES DO BRASIL. **Breve história das constituições: o**

caminho percorrido pelo Brasil até 1988. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/constituicao-30-anos/textos/breve-historia-das-constituicoes-o-caminho-percorrido-pelo-brasil-ate-1988>. Acesso em: 08 ago. 2023.

SERVIÇOS E INFORMAÇÕES DO BRASIL. **Margareth Menezes: cultura também é uma forma de democracia.** 03 jan. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/cultura-artes-historia-e-esportes/2023/01/margareth-menezes-cultura-tambem-e-uma-forma-de-democracia>. Acesso em: 18 ago. 2023.

SISTEMA NACIONAL DE CULTURA. **Histórico.** Ministério da Cultura. Disponível em: <http://portalsnc.cultura.gov.br/historico-2/>. Acesso em: 11 ago. 2023.

SOUZA, T. de. Incêndio no Museu Nacional, no Rio de Janeiro, completa três anos; relembre. **Correio Braziliense**, Brasil, Brasília, 02 set. 2021. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2021/09/4947344-incendio-no-museu-nacional-no-rio-de-janeiro-completa-tres-anos-relembre.html>. Acesso em: 16 ago. 2023.

THOMÉ, L. Contracultura: o conceito, sua história e seus problemas. *In*: **XIII Encontro Estadual de História da ANPUH RS**. UNISC, Santa Cruz do Sul, 2016.